



PANORÂMICO

INFORMATIVO DO OMPV



CONSELHO EDITORIAL

General de Brigada Marcio de Souza Nunes Ribeiro

Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Coronel QEMA Alexandre Santana Moreira

Chefe do Instituto Meira Mattos

EQUIPE EDITORIAL

Tenente Coronel QEMA Anselmo de Oliveira Rodrigues

Coordenador do Observatório Militar da Praia Vermelha

Coronel QEMA Candido Cristino Luquez Marques Filho

Responsável pelos serviços editoriais

REVISORES DE LINGUAGEM

Tenente Coronel Alessandra Maciel Ramundo

Chefe da Seção de Ciências Gerais

Major Helena Rodrigues Rocha Martins de Oliveira

Professora de Inglês da ECEME

Major Mônica da Silva Boia

Professora de Espanhol da ECEME

1º Tenente Bruna Renova Varela Leite

Professora de Espanhol da ECEME

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO DA CAPA

Funcionário Civil Emerson Barros de Meneses

Responsável pela diagramação

Gabriel dos Santos Andrade de Oliveira

Responsável pelo design gráfico da capa

PANORÂMICO

Informativo do Observatório Militar da Praia Vermelha



Vol. 1, nº 01, Janeiro/Abril - 2022

Panorâmico	Rio de Janeiro	Vol. 1	nº 01	p. 1-58	Jan/Abr - 2022
------------	----------------	--------	-------	---------	----------------

SOBRE

O Observatório Militar da Praia Vermelha (OMPV) tem como missão realizar estudos políticos e estratégicos de interesse da área militar, bem como busca contribuir para o incremento e difusão da mentalidade de Defesa no Brasil. Para tanto, o OMPV está organizado atualmente em oito áreas temáticas: Conflitos Bélicos e Terrorismo; Defesa Cibernética; DQBRN; Geopolítica e Defesa; Missão de Paz; Movimentos Migratórios e Segurança na Faixa de Fronteira; Segurança Pública e Crime Organizado Internacional; e Sistemas Bélicos e Simulação.

Para a produção de conhecimento, o OMPV conta com o apoio de pesquisadores civis, pesquisadores militares, professores doutores, alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da ECEME, instrutores da ECEME, alunos da ECEME e oficiais de nações amigas servindo na Escola. Além dessa equipe, o OMPV ainda recebe a colaboração de pessoas externas à ECEME.

O Panorâmico é uma publicação quadrimestral deste observatório e que tem como finalidade apresentar os artigos já publicados no *site* do OMPV, os quais tratam de temas relevantes relacionados às oito áreas temáticas citadas anteriormente.

Para mais informações, visite a página do OMPV na *internet* (www.ompv.eceme.eb.mil.br). Contando com produtos como palestras, relatórios, artigos de opinião, análises, entrevistas aos meios de imprensa e bibliografias em geral, o leitor poderá verificar a existência de um *portfólio* robusto e diversificado de contribuições dadas pelo OMPV à sociedade, em seus pouco mais quatro anos de existência.

ENDEREÇO E CONTATO

Praça General Tibúrcio, 125, Praia Vermelha, CEP: 22290-270, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Tel: (21) 3873-3868 /Fax: (21) 2275-5895

Site: www.ompv.eceme.eb.mil.br

Email: ompv@eceme.eb.mil.br

PROPRIEDADE INTELECTUAL

Os textos publicados não refletem a opinião da ECEME ou do Exército Brasileiro.

SUMÁRIO

Apresentação	5
<i>General de Brigada Marcio de Souza Nunes Ribeiro</i>	
PRIMEIRA PARTE - O MUNDO	6
Análise de situação - crise na Ucrânia	7
<i>Sandro Teixeira Moita</i>	
A decisiva importância da Bielorrússia na crise da Ucrânia	11
<i>Coronel Hermes Menna Barreto Laranja Gonçalves</i>	
Ciberofensas e a crise da Ucrânia	15
<i>Marcelo Antônio Osller Malagutti</i>	
As relações entre o Brasil e a Índia: muito além da Aztrazeneca	21
<i>Major Jonathas da Costa Jardim</i>	
SEGUNDA PARTE - O BRASIL E O SEU ENTORNO	29
Preparação do contingente para a Operação Acolhida	30
<i>Coronel André Vicente Scafutto de Menezes</i>	
Sobre a relação entre organizações criminosas narcotraficantes e o garimpo no Estado de Roraima	35
<i>Lucas Barreto Rodrigues</i>	
A importância do Atlântico Sul como entorno estratégico	43
<i>Tenente-Coronel Alexandre da Fonseca Nepomuceno de Souza</i>	
<i>Tenente-Coronel Marcus Vinícius Cardoso Monteiro</i>	
O Programa Partners Across the Globe e as relações OTAN-Colômbia: possibilidades para o Estado brasileiro	52
<i>Major Rodrigo Bezerra de Azevedo</i>	

APRESENTAÇÃO

*General de Brigada Marcio de Souza Nunes Ribeiro**

Como Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, é com grande satisfação e orgulho que apresento o mais novo produto concebido pelo Observatório Militar da Praia Vermelha. Com pouco mais de 04 anos de criação, o OMPV dá mais um passo importante em sua trajetória e apresenta o seu informativo: Panorâmico.

O Panorâmico é uma publicação quadrimestral do OMPV, vinculado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, e que tem como finalidade apresentar os artigos já publicados no site do OMPV, os quais tratam de temas relevantes relacionados à Segurança, à Defesa e outros temas correlatos que estão acontecendo no Brasil e seu entorno regional, bem como nas demais regiões do globo.

Neste número, o Panorâmico apresenta oito artigos assinados por seus autores, que foram escolhidos para representarem os demais articulistas que publicaram no OMPV. Além de artigos, nas oito áreas temáticas que compõem o OMPV há outros produtos, como vídeos, palestras, seminários, *clippings* (recortes das manchetes e *links* de diversas reportagens relacionadas ao tema em estudo), dentre outros.

Nesta ocasião, em que o mundo vive um momento de crise no leste europeu, naturalmente há um aumento nas produções relacionadas ao grupo de estudo que analisa o conflito entre a Rússia e a Ucrânia, o qual reúne professores e militares do Instituto Meira Mattos, militares da ativa e da reserva da Divisão de Ensino da ECEME e demais convidados. Em decorrência dessa composição multidisciplinar, esse grupo de estudo tem mantido um aporte significativo de conhecimento sobre o referido conflito no *site* do OMPV.

Espero que todos os leitores gostem das pesquisas contidas neste número, da mesma forma que convido demais militares, acadêmicos, diplomatas, autoridades públicas e a sociedade em geral a realizarem suas contribuições relacionadas à segurança, defesa, estratégia, geopolítica e relações internacionais nos próximos números do Panorâmico. Afinal, a Defesa não é exclusiva dos militares, ela é um tema que requer a contribuição de todos os integrantes da sociedade!

* Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

PRIMEIRA PARTE



O MUNDO

ANÁLISE DE SITUAÇÃO - CRISE NA UCRÂNIA*

Sandro Teixeira Moita¹

Em fins de 2021, as tensões na fronteira da Ucrânia com a Rússia atingiram um ponto em que a especulação sobre uma possível invasão russa se tornou um temor corrente naquele país, bem como em potências ocidentais, que se movimentam no sentido de dissuadir os russos de seguirem nesse curso de ação.

Para entender como a situação escalou até este ponto, é preciso fazer uma retrospectiva de como a crise ucraniana vem se desenvolvendo ao longo do tempo, desde sua eclosão, em 2014, até a guerra civil que segue no leste do país, onde rebeldes, apoiados pela Rússia, impuseram diversas derrotas ao governo central.

A Guerra Civil na Ucrânia

Com a queda do governo ucraniano, em 2014, após semanas de protestos populares em face da decisão de não aceitar firmar acordos com a União Europeia, iniciou-se um período de instabilidade que foi reforçado quando, em março daquele ano, a Rússia movimentou forças militares e anexou a Crimeia, após um referendo não-reconhecido pela comunidade internacional, no qual a maioria da população votou pela independência da Ucrânia e anexação à Federação Russa.

Em maio de 2014, estourou uma guerra civil no leste do país, nas províncias de Donetsk e Luhansk, onde separatistas realizaram referendos nos mesmos moldes daquele ocorrido na Crimeia. O governo ucraniano reagiu, enviando forças para impedir que as províncias se separassem do país. Entretanto, com apoio da Rússia, que oficialmente nega tal ação, os separatistas conseguiram vencer as forças ucranianas em diversas batalhas.

Em 2015, duros combates entre o Exército Ucraniano e os separatistas foram decididos por uma intervenção russa na Batalha de Debaltseve, com grande volume de fogo de artilharia, que desarticulou a ofensiva ucraniana, gerando muitas baixas e dando tempo suficiente aos separatistas, que contra-atacaram e recuperaram posições perdidas, eliminando os ganhos que os ucranianos tinham obtido a duras penas.

O fracasso da Ucrânia em bater os separatistas abriu espaço para uma negociação de cessar-fogo mediada pela França e Alemanha, envolvendo Rússia, Ucrânia e a Organização para Segurança

* Artigo originalmente publicado no OMPV em 02 de fevereiro de 2022.

¹ Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares.

e Cooperação na Europa (OSCE). O tratado é considerado frágil em razão do desrespeito às cláusulas firmadas tanto por russos quanto por ucranianos.

Outro efeito da derrota ucraniana em Debaltseve foi a estabilização da frente de combate, com a construção de trincheiras e duelos de artilharia esporádicos entre ucranianos e separatistas. Entre 2017 e 2019, o conflito se caracterizou por tais movimentos, com a ocorrência de outro combate de maior monta, gerando reações rápidas dos países europeus e da Rússia, sempre finalizadas com uma nova negociação de cessar-fogo.

A situação do conflito foi deteriorada por causa da pandemia global de COVID-19, com as condições nas áreas contestadas piorando em grave escala, impondo pesado sofrimento às populações daquelas áreas. Isso também caracterizou uma redução nos choques entre forças ucranianas e separatistas, com o menor número de baixas registradas desde o início do conflito, em 2014.

A escalada da crise em 2021

Em 2021, a situação do conflito começou a mudar, com a introdução de novas tecnologias por parte da Ucrânia, destacando-se o uso de drones de origem turca, Bayraktar TB2, eliminando posições de separatistas sem impor riscos às suas forças. Uma escalada ocorreu, com ataques às posições ucranianas, os quais foram repelidos com baixas relevantes entre os separatistas.

Entre março e abril, a Rússia movimentou grandes efetivos e quantidades de material militar para o Distrito Militar do Sul, onde foram realizados exercícios nas proximidades da fronteira com a Ucrânia. Ao fim desses exercícios, não ocorreu a desmobilização dos meios, o que motivou alertas ucranianos à comunidade internacional. Isso se intensificou após uma grande movimentação de forças russas dos Distritos Militares do Centro e do Oeste, posicionando tropas nas fronteiras com a Ucrânia com vasta quantidade de carros de combate e peças de artilharia, especialmente canhões e lançadores de mísseis, o que configura a maior mobilização russa desde a anexação da Crimeia em 2014. Autoridades ucranianas alertam para uma possível ação militar russa, com efetivos que poderiam chegar até a 175 mil militares em março de 2022.

A Rússia nega que esteja preparando uma invasão da Ucrânia, e que esteja posicionando forças na fronteira com essa finalidade. Os russos alegam que o uso de drones por parte dos ucranianos pode "desestabilizar a região" e, por isso, medidas como o envio das tropas são necessárias para a defesa de seus interesses. Alemanha e Estados Unidos protestaram contra a mobilização russa e demandam que ela seja desfeita.

Um encontro entre os presidentes dos Estados Unidos e da Rússia ocorreu em 8 de dezembro, no qual foi discutida a situação, com a demanda russa de que a expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) não incorpore a Ucrânia. Os americanos, por sua vez, deixaram claro que

uma ação militar por parte dos russos será respondida por medidas não-militares, como sanções econômicas por parte dos Estados Unidos e Europa.

Tensões e Incertezas

A situação delicada envolve diversos fatores geopolíticos que não podem ser desconsiderados. A Rússia considera-se ameaçada pela aproximação da Ucrânia com a União Europeia (UE) e a OTAN, por meio de uma fronteira seca que deixaria aquela nação exposta a qualquer ataque da aliança militar, fora a questão do confinamento regional a que a Rússia ficaria exposta em um eventual acesso ucraniano à OTAN.

Por outro lado, os EUA, tomando o protagonismo da situação, antes desempenhado pelos países europeus, têm sido mais assertivos em indicar aos russos que uma ação militar não será tolerada, se tal curso for seguido. Informações indicam que os EUA planejam uma série de medidas como sanções econômicas devastadoras, em especial, a retirada do sistema bancário russo da rede SWIFT, o protocolo global de transações bancárias, o que impediria o acesso da Rússia a dólares americanos, que são a moeda do comércio internacional.

Os russos vêm respondendo às declarações americanas com uma combinação de ações que podem soar contraditórias, mas estrategicamente não o são: por um lado, aumentam os efetivos nas fronteiras com a Ucrânia, e ainda se valem do território de Belarus para isto; por outro, continuam a demandar negociações com os EUA e a UE, apresentando medidas duras, mas consideradas vitais para a segurança russa, como garantias de que a Ucrânia nunca ingressará na OTAN, por exemplo.

Tais fatos têm levado a movimentações de países europeus no campo da segurança regional, destacando-se a Suécia e a Finlândia, os quais apesar de não serem membros da OTAN, já tiveram confrontações no passado com a Rússia, e observam atentamente a crise na Ucrânia, sob o temor de que uma escalada maior possa trazer consequências para seus territórios e cidadãos.

A pressão exercida por Moscou, ao posicionar mais de 100 mil militares nas fronteiras da Ucrânia, é parte de uma visão que o Kremlin possui dos EUA, desde a expansão da OTAN para as antigas repúblicas soviéticas do Leste Europeu: impelir os americanos a negociar por meio de medidas de força. Em certa maneira, Moscou tem sido bem-sucedida, pois é a primeira vez, desde a reunificação da Alemanha, em 1990, que os EUA se reúnem com a Rússia para tratar da segurança na Europa.

O momento atual da crise

Nas fronteiras ucranianas com a Rússia e Belarus, os soldados russos estão posicionados, com milhares de carros de combate, sistemas de artilharia, foguetes e mísseis. Em 14 de janeiro, um

ciberataque derrubou diversas páginas e serviços digitais do governo ucraniano, que acusa a Rússia de ser a responsável. Em 18 de janeiro, tropas russas, em número ainda desconhecido, passaram a entrar em Belarus com a justificativa da participação em exercícios militares planejados para acontecer em fevereiro, em região daquele país próxima às fronteiras da Polônia e Lituânia.

Isso elevou os níveis de alerta da Ucrânia, que tem feito repetidos pedidos de ajuda às potências europeias e aos EUA. Mas, até o momento, não se percebe disposição de europeus e americanos em lutar pelos ucranianos. Embora com duras declarações, o que se indica até o momento é a vontade dos EUA em reagir por meio de sanções contra uma eventual ação russa e uma tímida resposta europeia, devido à importância que o gás russo possui para o abastecimento energético da Europa, especialmente durante o inverno.

Entre 17 e 19 de janeiro, uma sequência de voos da Real Força Aérea do Reino Unido realizou a entrega de mais de 2 mil mísseis anticarro para as forças ucranianas, assim como o envio de militares para missões de instrução às tropas locais, juntando-se a militares do Canadá, Dinamarca, Lituânia, EUA, Suécia e Polônia, que já desempenham tais funções de treinamento das Forças Armadas e Polícia da Ucrânia.

No dia 21 de janeiro, ocorreu uma nova reunião em Genebra, entre o Secretário de Estado dos EUA e o Ministro das Relações Exteriores da Rússia. Antes disso, o diplomata americano realizou diversos encontros com seus pares europeus, no sentido de chegar à mesa com os russos com uma frente unida dos EUA e UE. A chegada à nova rodada de negociações é tensa, pois os russos anunciaram que podem colocar tropas e mísseis em Cuba e Venezuela, para pressionar os americanos, que, por sua vez, defendem que uma ação contra a Ucrânia é inaceitável, além de anunciar o envio de um pacote de ajuda militar de 200 milhões de dólares. Além disso, os EUA anunciaram sanções a figuras ucranianas, que teriam se tornado colaboradoras dos serviços de inteligência da Rússia para desestabilizar o governo ucraniano.

As negociações futuras entre os altos diplomatas americanos e russos podem resultar tanto na manutenção do impasse quanto na direção de sua resolução. O exercício militar da Rússia em Belarus é algo a ser considerado, assim como o referendo futuro naquele país, que pode autorizar a presença permanente de tropas russas, o que imporá mais pressão à Ucrânia. Enquanto isso, os americanos e a OTAN trabalham nas suas contrapropostas para apresentar à Rússia. O que se vê é o complicado jogo de poder internacional sendo praticado por esses atores, lidando com um difícil cenário estratégico para a segurança global.

A DECISIVA IMPORTÂNCIA DA BIELORÚSSIA NA CRISE DA UCRÂNIA*

Coronel Hermes Menna Barreto Laranja Gonçalves¹

A crise diplomática em curso no espaço ex-soviético continua, especialmente a partir da queda do governo ucraniano, pró-russo, de *Viktor Ianukovych*, em 2014, o qual gerou o golpe de mão russo na Península da Crimeia, e sua posterior anexação, ainda hoje contestada pelo Ocidente, apresentando desdobramentos subsequentes graves.

Antes de mais nada, devemos lembrar que, historicamente, a Rússia sempre se esforçou para traçar suas fronteiras escoradas em obstáculos naturais de relevo, haja vista que o núcleo central russo, cujo centro nervoso é Moscou, não dispõe de defesas naturais de monta. Por isto, houve sempre a necessidade da expansão dos domínios russos, através da vastidão das estepes que cobrem essa região continental até encontrar acidentes naturais como: os Cárpatos (a Oeste), o Cáucaso (a Sul) e a vasta e congelada Sibéria (a Leste).

Com a falência da União Soviética, diversas repúblicas comunistas soviéticas se emanciparam, incluindo a Bielorrússia e a Ucrânia, que passaram a ser governadas por grupos independentes, mas afastados do Ocidente. No caso da Bielorrússia, país situado ao norte da Ucrânia, entre a Polônia e a Rússia, seus governantes sempre fizeram questão de se mostrarem neutros, tanto em relação à Rússia, quanto ao Ocidente.

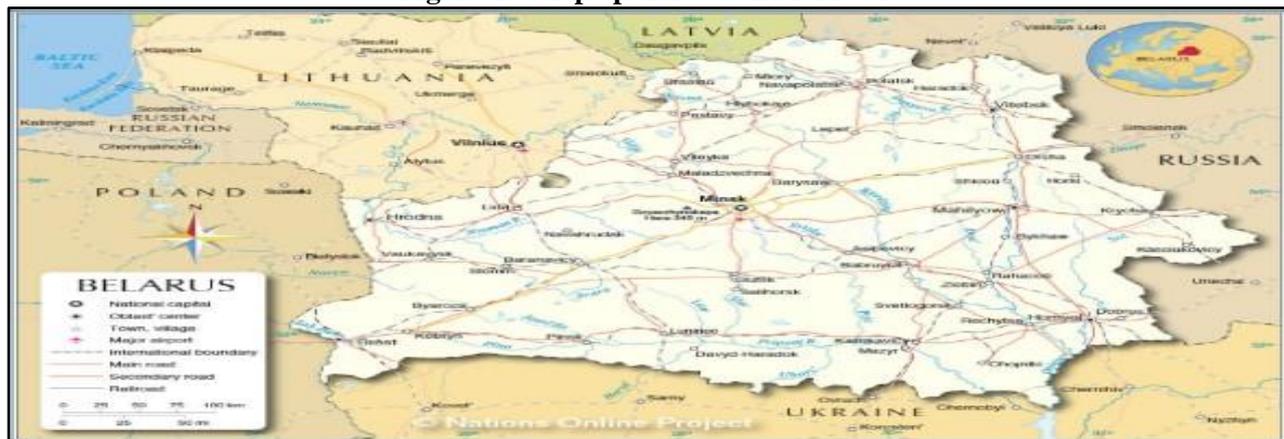
Um fator que pode ter levado a crise ucraniana ao nível de gravidade atual, que inclui a presença de centenas de milhares de tropas russas nas proximidades da fronteira russo-ucraniana, é a aproximação, sem precedentes, desde 1991 (ano do fim do império comunista soviético), do Governo da Bielorrússia junto ao governo russo (*Kremlin*).

Tal alinhamento surge, claramente, como consequência da ajuda russa, considerada decisiva, ao atual presidente do país, *Alexandr Lukashenko*, que esteve às voltas com graves distúrbios civis em 2020, e que quase o levaram ao desfecho enfrentado por *Ianukovich*, na chamada Revolução de Maidan.

* Artigo originalmente publicado no OMPV em 01 de fevereiro de 2022.

¹ Coronel do Exército Brasileiro.

Figura 1 - Mapa político da Bielorrússia



Vale mencionar que protestos similares também ocorreram, recentemente, no Cazaquistão, tendo sido prontamente sufocados não somente por tropas cazaques, mas também por uma “Força de Paz”, agindo em nome da Organização do Tratado de Segurança Coletiva (CSTO), organização também chamada de Pacto de *Tashkent*, que incluiu, significativamente, uma maioria de tropas russas e bielorrussas, agindo sob um comando único.

Voltando a Bielorrússia, os grandes protestos começaram após a eleição nacional do país, em agosto de 2020, que resultaram na vitória, contestada por diversas acusações de fraude, para um 6º mandato, do presidente *Lukashenko*. Os protestos da oposição queriam: a renúncia de *Lukashenko* e de seu governo, a liberalização da economia, a realização de novas eleições presidenciais, o fim das prisões políticas e da repressão policial e, sobretudo, uma gradual aproximação com o Ocidente, por meio da União Europeia.

Este último ponto parece ter sido o decisivo para o desfecho dos protestos, uma vez que a queda de *Lukashenko* significaria que a Bielorrússia, provavelmente, entraria na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), haja vista que o país, ao contrário da Ucrânia, e talvez justificando a incursão russa nesse país, não estava em conflito. A OTAN só aceita novos membros que estejam em paz dentro de suas fronteiras.

Até esses protestos pós-eleitorais, a Bielorrússia, até então (agosto de 2020), tinha se mantido, mais ou menos, fora do controle direto de Moscou, pois o tacão firme de *Lukashenko* sobre o país, e sua ojeriza ao Ocidente, pareciam manter a Bielorrússia livre da influência direta do Kremlin.

Acusados de receber apoio velado de potências ocidentais, supostamente interessadas na defecção da Bielorrússia para o campo ocidental, os opositores a *Lukashenko* sofreram forte repressão policial, provavelmente com apoio russo, tendo sido os líderes do chamado “Conselho de Coordenação” da oposição sistematicamente presos ou exilados em países vizinhos e no Ocidente.

A decisiva importância da Bielorrússia na crise da Ucrânia

Desde o fim da União Soviética (1991), e o posterior advento da Federação Russa, os russos costumam lamentar constantemente a perda de diversos territórios, chamados habitualmente de espaço ex-soviético. Desses novos países, a Bielorrússia e a Ucrânia sempre foram destacadas como as perdas territoriais mais significativas para a Rússia. Por quê? Porque, além de terras cultiváveis, recursos naturais e importantes centros industriais e tecnológicos (como *Minsk, Kiev, Brest e Lvov e Odessa*), o surgimento de tais países, livres do controle moscovita, trouxe o risco de que a fronteira geopolítica simbólica com o Ocidente, que antes passava pelo famoso Rio *Elba*, na Europa Central, viesse a passar pelo Rio *Dnieper*, em alguns pontos, a menos de 500 km de Moscou.

De outro ponto de vista, olhando as lições da história militar, o ponto onde se localiza a fronteira russa com a Bielorrússia e a Ucrânia passa um pouco aquém do ponto onde os alemães tiveram que fazer uma pausa logística no fim do verão de 1941, quando intentavam nocautear a Rússia, tomando Moscou e Leningrado (hoje São Petersburgo), até o final daquele ano. Até reorganizarem suas tropas e suas linhas de suprimento, os alemães só conseguiram retomar a ofensiva no rumo da capital soviética em meados do outono, tendo fracassado em seus objetivos, principalmente, por terem sido colhidos, sem o devido preparo, pelas fortes nevascas do pré-inverno russo, que começam no final de novembro, e vão, geralmente, até o final de fevereiro/março do ano posterior.

Além da cooperação desse vasto território tampão, quais vantagens político-militares que a abertura do território bielorrusso às forças militares russas pode trazer? Além da lição histórica acima apontada, há o aumento da amplitude da ameaça militar ao território ucraniano, visto que, ao contrário da situação vigente até 2020, os russos agora receberam sinal verde para enviar tropas para o interior do território da Bielorrússia.

Com isso, em termos militares, uma ofensiva terrestre ampliada com uso do território bielorrusso, com ou sem tropas desse país, (e provavelmente os bielorrussos participarão, ainda mais se a narrativa russa optar pela ativação de alguma ação de “pacificação” na Ucrânia), significa a anulação prática do valor defensivo apresentado pelo Rio *Dnieper*, cuja largura média é de cerca de 600 metros, no trecho ucraniano, permitindo, em tese, o envolvimento da capital ucraniana, ainda hoje sem uma custosa operação de transposição de curso d’água.

Vale lembrar, mais uma vez recorrendo às lições históricas, que durante a 2ª Guerra Mundial, tanto os defensores russos (em 1941) quanto alemães (1943) se valeram desse largo curso d’água obstáculo para tentar deter atacantes decididos quando pretendiam defender o território ucraniano em disputa.

Outra ocorrência geográfica que deve ser levada em conta, podendo dificultar qualquer incursão externa na Ucrânia, por sua fronteira norte, são os Pântanos do *Pripiet*, extensa área alagadiça, ao sul

da Bielorrússia. É certo que, no momento atual, essa região tem maior grau de mobilidade, em face das temperaturas congelantes típicas do inverno boreal, o que favorece qualquer atacante.

Figura 2 - Possíveis rotas de invasão da Ucrânia, segundo relatório apresentado de 2014



Fonte: Disponível em <https://www.businessinsider.com.au/map-russian-invasion-ukraine-2014>.

Como conclusão, podemos afirmar que, além de benefícios econômicos e culturais, a cooperação da Bielorrússia com a Rússia, pouco destacada pelas mídias ocidentais, parece ter trazido ganhos políticos e militares aos russos. Ela trouxe de volta, ao menos parcialmente, uma profundidade estratégica mais aceitável aos planos geoestratégicos daquele país.

Vale ressaltar, por fim, que é exatamente por conta desse fato que a chamada linha vermelha, traçada por Vladimir Putin, acerca de guerra ou não guerra, com a Ucrânia, passa exatamente pela não adesão ucraniana à OTAN. Isso ocorre porque uma Ucrânia aliada formalmente ao Ocidente significa que a despeito de toda a boa vontade bielorrussa para com a causa russa, o grande pesadelo geopolítico desta grande potência permanece praticamente inalterado.

CIBEROFENSAS E A CRISE DA UCRÂNIA*

Marcelo Antônio Osler Malagutti¹

Em 14 de dezembro de 2021, manchetes de jornais ocidentais apontaram que a Ucrânia fora duramente atingida por ataques cibernéticos maciços (HARDING, 2022).

Dias depois, as manchetes davam conta de que a atribuição dos ataques, ainda que estivesse incompleta, apontava que o perpetrador seria a Rússia (AL JAZEERA, 2022; FRANCE-PRESSE, 2022).

Desde 2014, manchetes como essa são repetidas quase anualmente naquele país. Para podermos nos aprofundar na análise das semelhanças e idiosincrasias do caso recente, no entanto, precisaremos fazer uma breve retrospectiva histórica da crise, das ocorrências de ciberincidentes correlatos e de seus desdobramentos.

Em 2014, o então Presidente pró-Rússia da Ucrânia, *Viktor Yanukovich*, desistiu de negociações com a União Europeia (EU) em troca de compensações oferecidas pela Rússia. Na sequência, violentas manifestações populares, estimuladas pelo ocidente, fizeram com que o Congresso o depusesse e o substituísse por um simpatizante da EU. A Rússia não aceitou a substituição de seu aliado por um aliado de seus oponentes e, mesmo sem sustentação no Direito Internacional, retaliou. Primeiro, anexando a Crimeia, parte do território Ucrâniano onde se localiza Sebastopol, o principal porto russo em águas quentes com acesso ao Mediterrâneo. Depois, enviando soldados sem identificação para fomentar a insurreição das províncias de *Donetsk* e *Luhansk* na região de *Donbas* de maioria étnica russa, que proclamou sua independência em 2014 e, desde então, luta contra as forças armadas da Ucrânia. Desde o início da crise, ficou patente a ingerência dos EUA, da EU e da Rússia nos assuntos da Ucrânia, mesmo sem amparo legal (ROCHA PAIVA, 2015).

Conflagrada a crise, a Ucrânia passou a ser assolada periodicamente por ciberincidentes, resumidos na Tabela 1.

Tabela 1 - Ciberincidentes na Ucrânia desde 2015

Ano	Mês	Incidente
2015	Dezembro	Uma variante do <i>malware Black Energy</i> foi usada em ataques coordenados de hackers russos foi identificada na regional de distribuição de energia <i>Prykarpattya Oblenergo</i> , no oeste da Ucrânia. Aproximadamente 225.000 ucranianos foram afetados, mas o serviço foi restabelecido após 3-6 horas.

* Artigo originalmente publicado no OMPV em 07 de fevereiro de 2022.

¹ Doutor em Ciências Militares.

Marcelo Antônio Osller Malagutti

Ano	Mês	Incidente
2016	Dezembro	O <i>malware Industroyer</i> (ou <i>Crash Override</i>) foi usado por <i>hackers</i> russos para atacar a empresa nacional de energia da Ucrânia, <i>Ukrenergo</i> , desligando a energia do norte de <i>Kiev</i> por mais de uma hora.
2017	Junho	O <i>ransomware NotPetya</i> , tendo como alvo primário a Ucrânia, se alastra pelo mundo com graves impactos no sistema de saúde do Reino Unido (NHS) e provocando prejuízos de centenas de milhões de dólares em gigantes multinacionais como a dinamarquesa <i>Maersk</i> e a americana <i>Fedex</i> .
2018	Junho	A polícia ucraniana afirma que <i>hackers</i> russos têm visado sistematicamente bancos, empresas de energia e outras organizações ucranianas para estabelecer <i>backdoors</i> em preparação para um ataque em larga escala contra o país.
2018	Julho	Oficiais de inteligência ucranianos afirmam ter frustrado um ataque russo ao equipamento de rede de uma planta de cloro no centro da Ucrânia. O vírus usado no ataque é o mesmo <i>malware</i> responsável pela infecção de 500.000 roteadores em todo o mundo em uma campanha que o FBI vinculou a <i>hackers</i> russos patrocinados pelo Estado.
2018	Setembro	<i>Hackers</i> russos atacam as caixas de entrada de e-mail de líderes religiosos ligados à Ucrânia em meio a esforços para desassociar a Igreja Ortodoxa da Ucrânia de sua associação com a Rússia.
2018	Outubro	O Serviço de Segurança da Ucrânia anuncia que um grupo russo realizara uma tentativa de hackear os sistemas de informação e telecomunicações de grupos do governo ucraniano
2018	Novembro	O CERT da Ucrânia identifica um <i>malware</i> nos sistemas informáticos das agências estatais do país, provavelmente implantado como precursor de um futuro ataque cibernético em larga escala.
2018	Dezembro	O Serviço de Segurança da Ucrânia bloqueia uma tentativa dos serviços especiais russos de interromper os sistemas de informação da autoridade judicial da Ucrânia
2018	Dezembro	Pesquisadores de segurança descobrem uma campanha cibernética realizada por um grupo ligado à Rússia, visando as agências governamentais da Ucrânia, bem como vários membros da OTAN.
2019	Abril	Organizações militares e governamentais ucranianas são alvo de uma campanha de <i>hackers</i> da República Popular de <i>Luhansk</i> , grupo apoiado pela Rússia que declarou independência da Ucrânia em 2014.
2020	Agosto	Autoridades ucranianas anunciam que um grupo de <i>hackers</i> russo começou a realizar uma campanha de phishing em preparação para operações no dia da independência da Ucrânia.
2021	Fevereiro	Autoridades ucranianas relatam que um ataque de negação de serviço distribuído de vários dias contra o site do Serviço de Segurança da Ucrânia faria parte das operações de guerra híbrida da Rússia no país.
2021	Março	O Serviço de Segurança do Estado da Ucrânia anunciou que impediu um ataque em larga escala de <i>hackers</i> russos do FSB, o Serviço de Inteligência do Estado Russo, que tentavam obter acesso a dados confidenciais do governo.

Fonte: Elaborada pelo autor com dados de (STIENNON, 2022).

Diante de tal histórico, o que diferencia a onda atual de ataques de suas anteriores?

Ciberofensas e a crise na Ucrânia

Primeiro, a similaridade com a situação da Guerra da Geórgia, em 2008, quando a Rússia interveio a favor da província separatista da Ossétia do Sul e da Abecásia, de maioria étnica russa, com uma salva de ciberataques que eliminaram a capacidade de comando e controle do governo e das forças armadas georginas como ataque precursor da invasão militar que derrotou as forças georgianas.

No caso da Ucrânia, os russos apoiam separatistas étnicos russos da província de *Donbas*, na região da fronteira, desde 2014. Adicionalmente, desde dezembro de 2021, observa-se a concentração de meios militares russos na fronteira com a Ucrânia, que já poderiam estar próximos a 130.000 homens. Em 10 de janeiro de 2022, foram iniciadas negociações entre os EUA, a EU e a Rússia na tentativa de conter a escalada da crise e, no dia 13, foram concluídos 3 dias de negociações infrutíferas. Então, uma notícia, já no dia seguinte, de uma salva de ciberataques incapacitantes de sítios governamentais, incluindo Relações Exteriores e Defesa, poderia indicar um ataque precursor e o início de uma guerra aberta. Em nenhum dos 13 ciberincidentes relatados na Tabela 1, essa característica era perceptível.

Segundo, o fato de que os ataques foram de dois tipos distintos, realizados de forma conjunta. De uma parte, havia um aparente ataque de ransomware, mas que era diferente em sua natureza. Uma análise do malware denominado *WhisperGate*, feita pela *Microsoft*, apontou que, embora projetado para se parecer com ransomware, congelando todas as funções e dados do computador e exigindo o pagamento de dez mil dólares em bitcoins em troca do retorno ao funcionamento normal, ele não dispõe de infraestrutura para receber o resgate, o que teria levado os investigadores a concluir que o objetivo seria o de infligir o máximo de dano ao não arrecadar dinheiro (NAKASHIMA; STERN, 2022; SANGER, 2022).

Já a empresa de cibersegurança *CrowdStrike* apontou que o malware, após criptografar a tabela mestre de arquivos do computador infectado, não forçava a reinicialização do sistema, como foi observado em intrusões anteriores, como o *NotPetya*. Isso sugere que o atacante “tomou outras medidas para iniciá-lo (por exemplo, por meio de um implante diferente) ou decidiu permitir que os usuários executassem a reinicialização por conta própria”, e que a reinicialização postergada pode permitir que outros componentes da invasão do *WhisperGate* sejam executados (CROWDSTRIKE INTELLIGENCE TEAM, 2022). A empresa *Cisco Talos*, que auxiliou as autoridades ucranianas em suas investigações sobre os recentes incidentes, acredita que os invasores “provavelmente tiveram acesso à rede da vítima meses antes do ataque, uma característica típica de operações sofisticadas de ameaças persistentes avançadas (APT)” (KOVACS, 2022).

De outra parte, havia o ataque de pichação (*defacement*) de cerca de 70 sítios do governo ucraniano, com mensagens em ucraniano, russo e polonês, indicando que dados do povo ucraniano haviam sido roubados e destruídos. Dentre esses sítios, estavam alguns dos órgãos do primeiro

escalão do governo ucraniano, como os ministérios de Relações Exteriores, Defesa, Energia e Educação e Ciência, bem como o Serviço de Emergência do Estado e o Ministério da Transformação Digital, cujo portal de governança eletrônica dá ao público acesso digital a dezenas de serviços governamentais (ZETTER, 2022).

A análise forense indicou que as pichações foram feitas de forma manual, e não automatizada, e que análises de nuances do texto em polonês apontaram que o texto não fora escrito por falantes nativos da língua, mas provavelmente traduzidos por meio do *Google Translate*. Talvez uma tentativa rudimentar de plantar uma “bandeira falsa” no intuito de desviar a atenção dos investigadores na direção de *hackers* poloneses.

Além disso, cerca de 50 dos 70 sítios afetados eram mantidos por uma companhia ucraniana denominada *Kitsoft*, levando os investigadores a determinarem que a *Kitsoft* havia sido comprometida, permitindo aos hackers o acesso ao painel de administração da empresa e o uso de suas credenciais para desfigurar os sites de seus clientes (ZETTER, 2022). Outrossim, a análise forense indica que os ataques foram de baixa complexidade técnica, uma característica incomum para os recentes incidentes atribuídos à Rússia.

O terceiro fator de interesse vem da Bielorrússia, cujo governo pró-Russo estaria permitindo a movimentação e o acúmulo de meios russos em seu território, também na fronteira com a Ucrânia, fazendo com que os ucranianos tenham de se ocupar de duas potenciais frentes de defesa. Ocorre que um grupo de *hackers* que se autodenomina *Cyber-Partisans* (algo como ciberresistência) pró-democracia declarou, no dia 24, por meio de postagens no *Twitter* e no *Telegram*, ter se “infiltrado na rede ferroviária Bielorrussa em um esforço para interromper o movimento de tropas russas no país, à medida que crescem as tensões sobre uma potencial invasão da Ucrânia”. Essa interrupção teria sido feita por meio de um ransomware que teria criptografado servidores da companhia ferroviária, mas em vez de pedir dinheiro, o resgate exigido seria a libertação de 50 prisioneiros políticos que precisam de cuidados médicos e a proibição de que militares russos entrem na Bielorrússia (PIETSCH, 2022). Por conseguinte, armas similares agora estariam sendo usadas por simpatizantes da Ucrânia contra apoiadores dos russos, um dado novo no contexto.

Por fim, ainda que não relacionado diretamente à atual onda de ciberataques, cumpre observar um fato novo relativo ao *NotPetya*. A gigante multinacional farmacêutica *Merck* obteve uma vitória jurídica no valor de 1,4 bilhão de dólares na ação contra suas seguradoras, que se recusavam a pagar o prêmio relativo aos prejuízos causados pelo ransomware, alegando que a cobertura não era válida em casos de guerra. A Corte Superior de Justiça do Estado de *Nova Jersey* entendeu que a cláusula de exclusão de atos de guerra não é aplicável, o que deve provocar a necessidade de uma melhor definição de cláusulas de exclusão de atos cibernéticos em contratos de seguro no futuro. A questão

Ciberofensas e a crise na Ucrânia

de saber se um ataque cibernético conta como um ato de guerra é uma parte de um “acerto de contas” mais amplo da indústria de seguros, de acordo com *Josephine Wolff*, professora associada de política de segurança cibernética da *Tufts University* (VITTORIO, 2022).

Tudo somado, a salva cibernética sofrida pela Ucrânia, no período em análise, parece ter sido mais um evento num histórico crescente de incursões russas (ou de simpatizantes russos) para debilitar sua resistência e testar novas técnicas e táticas, sem se mostrar parte de uma ofensiva militar generalizada. Sempre é bom lembrar do ensinamento de *Flavius Renatus Vegetius: si vis pacem, para bellum* (quem deseja a paz, prepara-se para a guerra). O “laboratório de ciberincidentes” em que a Rússia parece ter transformado a Ucrânia tem dado ao mundo a oportunidade de estudar e aprender muito, como no caso do *NotPetya*. Aqueles que aproveitam essa oportunidade e investem nesse aprendizado desenvolvem e aprimoram suas instituições, preparando-as para essa nova ferramenta de coerção interestatal que são os ciberataques.

Referências:

AL JAZEERA. **Ukraine says evidence suggests Russia behind cyberattack.** Al Jazeera, 16 de janeiro de 2022.

CROWDSTRIKE INTELLIGENCE TEAM. **Technical Analysis of the WhisperGate Malicious Bootloader.** Disponível em: <https://www.crowdstrike.com/blog/technical-analysis-of-whispergate-malware/>. Acesso em: 22 jan. 2022.

FRANCE-PRESSE. **Ukraine says evidence points to Russia being behind cyber-attack.** The Guardian, 16 de janeiro de 2022.

HARDING, Luke. **Ukraine hit by “massive” cyber-attack on government websites.** The Guardian, 14 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2022/jan/14/ukraine-massive-cyber-attack-government-websites-suspected-russian-hackers>. Acesso em: 14 jan. 2022.

KOVACS, Eduard. **Ukraine Attack: Hackers Had Access for Months Before Causing Damage.** Security Week, 24 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.securityweek.com/ukraine-attack-hackers-had-access-months-causing-damage>. Acesso em: 14 jan. 2022.

NAKASHIMA, Ellen e STERN, David. **Data of several Ukrainian government agencies is wiped in cyberattack.** The Washington Post, 18 de janeiro de 2022.

PIETSCH, Bryan. **Hacking group claims control of Belarusian railroads in move to ‘ disrupt ’ Russian troops heading near.** The Washington Post, 25 de janeiro de 2022.

ROCHA PAIVA, Luiz Eduardo. **A Crise na Ucrânia: Reflexos para a defesa do Brasil.** A Defesa Nacional, n° 826, p. 6–24, 2015. Disponível em: <https://en.calameo.com/read/03486430d9f4d7647a>.

SANGER, David. **Microsoft Warns of Destructive Cyberattack on Ukrainian Computer Networks.** The New York Times, 05 de janeiro de 2022.

STIENNON, Richard. **A List of Cyber Attacks Against Ukraine.** Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/list-cyber-attacks-against-ukraine-richard-stiennon>. Acesso em: 26 jan. 2022.

VITTORIO, Andrea. **Merck's \$1.4 Billion Insurance Win Splits Cyber From 'Act of War'.** Bloomberg, 19 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://news.bloomberglaw.com/privacy-and-data-security/mercks-1-4-billion-insurance-win-splits-cyber-from-act-of-war>. Acesso em: 26 jan. 2022.

ZETTER, Kim. **What Know and Don't Know about the Cyberattacks Against Ukraine.** Zero Day, 17 de janeiro de 2022.

AS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E A ÍNDIA: MUITO ALÉM DA AZTRAZENECA*

Major Jonathas da Costa Jardim¹

1. Introdução

As relações do Brasil com a Índia tomaram vulto nos últimos meses, fruto do fornecimento pelo maior fabricante de vacinas do mundo (AFP, 2021), o laboratório *Serum Institute of India* (Instituto de Soro da Índia), de milhões de doses do imunizante AstraZeneca para o governo brasileiro. Esta ganhou grande expressão nas mídias nacional e internacional, destacando uma das facetas de uma histórica parceria.

A República Federativa Presidencialista do Brasil, país localizado na faixa sul do continente americano e a República Federativa da Índia, fixada mormente na porção sul do continente asiático, possuem relações estabelecidas desde o ano de 1948, quando a embaixada da Índia no Brasil foi inaugurada na cidade do Rio de Janeiro, então capital do Brasil. Mudou-se para Brasília em 1971, após essa cidade tornar-se sede do governo federal em 1960.

A disponibilidade do imunizante AstraZeneca para o governo nacional, que proporcionou acelerar a disponibilidade de imunizante contra a Covid-19 para a população (GOVERNO FEDERAL, 2021), tornou-se um alento ante a maior crise sanitária ocorrida no mundo nos últimos anos. A histórica relação positiva entre os dois países foi fator preponderante para que o Brasil fosse uma das primeiras nações a receber, de forma comercial, a vacina produzida pelo Serum Institute of India (AGÊNCIA BRASIL, 2021).

O presente artigo de opinião pretende apresentar aspectos que demonstram que as relações entre os dois países são bem mais abrangentes.

2. As relações Indo-Brasileiras

O ano de 2021 marcou o início da vacinação no Brasil. O *Serum Institute of India*, que detém os direitos de produção, distribuição e comercialização da vacina COVID-19, desenvolvida pela Universidade de Oxford, disponibilizou, nos meses de janeiro e fevereiro, cerca de 4 (quatro) milhões de doses prontas do imunizante AstraZeneca para o Brasil. As doses foram entregues à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), como parte do Programa Nacional de Imunizações (PNI) do Ministério da

* Artigo originalmente publicado no OMPV em 17 de fevereiro de 2022.

¹ Major do Exército Brasileiro.

Saúde (MS), de modo a viabilizar a implementação do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19, acelerando a disponibilidade de vacinas à população (AGÊNCIA BRASIL, 2021).

Figura 1 - Desembarque no Aeroporto Internacional de Guarulhos de doses da vacina contra a COVID-19, importadas da Índia.



Fonte: AGÊNCIA BRASIL, 2021.

Destarte, além do fornecimento de vacinas, Brasil e Índia compartilham uma relação bilateral muito próxima e multifacetada, bem como em fóruns plurilaterais. A parceria estratégica é baseada em uma visão global comum, em valores democráticos compartilhados e em um compromisso de promover o crescimento econômico com inclusão social para o bem-estar das pessoas de ambos os países (EMBAIXADA DA ÍNDIA NO BRASIL, 2021). Dessa feita, verifica-se que a adoção de espírito colaborativo entre as duas nações é facilitada pelo fato de possuírem características que as aproximam.

O Brasil foi uma colônia de exploração até 1822, quando se tornou independente, livrando-se do júbilo português (FAUSTO, 1996). Em 1889, proclamou sua República, sistema de governo que, mesmo passando por períodos de instabilidade, característicos do amadurecimento da nação, perdura até os dias atuais.

A *British Raj* ou Império Indiano foi dominado pela Inglaterra no século 18, constituindo uma das mais importantes colônias britânicas, sob o aspecto econômico. Após o término da 1ª Guerra Mundial, com o enfraquecimento do poder inglês, movimentos separatistas começam a tomar vulto, liderados pelo advogado *Mohandas Gandhi*, o "*Mahatma Gandhi*", que pregava tanto a resistência à dominação, quanto a luta contra a Coroa Britânica por intermédio da não-violência e da desobediência

As relações entre o Brasil e a Índia: muito além da Aztrazenecca

civil. Tais ações culminaram na separação em definitivo, após a 2ª Guerra Mundial, auxiliadas pela exaustão do sistema colonial inglês em 1948 (BRITANNICA, 2021).

Com relação aos aspectos geográficos, ambos os países estão localizados na zona intertropical. O Brasil é banhado à Leste pelo Oceano Atlântico, com mais de 8 milhões de Km² entre o Equador e o Trópico de Capricórnio. A Índia, com aproximadamente 3,3 milhões de Km² junto ao Trópico de Câncer, na face norte do globo, é banhada pelo Oceano Índico. Tais dados nos fazem traçar um paralelo com as características citadas por Friedrich Ratzel (MAFRA, 2006) sobre o valor político do território, considerando o Estado como um organismo vivo, que necessita de espaço vital (*Lebensraum*) para crescer. Nesse sentido, Brasil e Índia possuem duas características importantes para conseguirem o progresso: sua posição (*Lage*) e seu espaço (*Raum*), além de suas fronteiras, que determinam o valor político do território (espaço é poder).

Quanto ao clima, na Índia há uma predominância de áreas secas nos locais com topografia mais acidentada, como na Cordilheira do Himalaia e no Planalto do Decã, no norte do País, além de grande umidade provocada pelas monções, fenômeno que gera inundações nas vastas planícies indianas, principalmente ao sul, durante o verão (PAULA, 2016). Já no Brasil, há um predomínio do clima quente e úmido, em face da influência da Floresta Amazônica, que domina à porção norte do País. Por isso, traz um tempo ameno, que em grande parte do território é uma vantagem considerável por propiciar excelentes condições para as atividades agrícolas e facilitar a locomoção interna.

Brasil e Índia são países muito populosos, com destaque para os mais de 1,4 bilhão de habitantes indianos, que perfazem uma densidade demográfica superior a 330 habitantes por Km², o que a coloca na posição de 2º lugar como país mais povoado do planeta, estando atrás apenas da China (PAULA apud ARANTES et al, 2016). O Brasil vem na 6ª posição, com uma média de 2,4 habitantes por Km². As principais cidades do Brasil e da Índia são extremamente numerosas, além de serem centros financeiros, corporativos e mercantis. As cidades de Bombaim (Índia) e São Paulo (Brasil), ambas com mais de 12 milhões de pessoas, destacam-se pelo fato de terem sido fundadas por colonizadores portugueses; a primeira, por Duarte Barbosa, em 1516 e a segunda, pelo padre jesuíta José de Anchieta, em 1554 (SIMÕES; MIRANDA; CASALERO, 2020).

Os aspectos econômicos dos dois países são semelhantes. O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro gira na casa dos 1.263.570M.€, enquanto o indiano é quase o dobro, 2.332.923M.€ (COUNTRYECONOMY, 2021). No entanto, ao analisar os números sob a ótica da quantidade de pessoas no país, o Brasil sai à frente na renda per capita, pois, a população brasileira, como já apresentado, é em torno de seis vezes menor que a população indiana.

Diante de tais fatos, nota-se que Brasil e Índia pertencem a um seleto grupo de países que possuem características geopolíticas diferenciadas para proporcionar desenvolvimento e progresso.

Ambos possuem mais de 2 milhões de Km² de extensão territorial, mais de 100 milhões de habitantes e possuem um PIB superior a 1 trilhão de dólares, o que aproxima, ainda mais, as duas Repúblicas.

Os aspectos anteriormente elencados nos permitem compreender, de forma mais natural, a aproximação entre os países nos fóruns plurilaterais, como BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), BASIC (Brasil, África do Sul, Índia e China), G-20 (ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo e União Europeia), G-4 (aliança entre Alemanha, Brasil, Índia e Japão, com o objetivo de apoiar as propostas uns dos outros para ingressar em lugares permanentes no Conselho de Segurança das Nações Unidas), IBAS (iniciativa trilateral entre Índia, Brasil e África do Sul), Aliança Solar Internacional (difusão da energia solar), Plataforma de Biofuturo (coalizão de 20 países interessados nos campos da energia limpa e bioeconomia) e em organismos multilaterais maiores, como a ONU, OMC, UNESCO e WIPO (World Intellectual Property Organization) (EMBAIXADA DA ÍNDIA NO BRASIL, 2021).

Sendo assim, entre os anos de 2019 e 2020, por meio de visitas, memorandos de entendimento e acordos, Índia e Brasil decidiram ampliar a cooperação em diversas áreas, entre elas as de petróleo e gás natural, bioenergia, comércio e investimentos, assistência jurídica mútua em questões criminais, saúde e medicina, segurança, segurança cibernética, ciência e tecnologia e defesa (EMBAIXADA DA ÍNDIA NO BRASIL, 2021).

Com relação à área de defesa, Índia e Brasil possuem um acordo assinado para cooperação desde o ano de 2003, o qual prevê a cooperação em assuntos relacionados, especialmente nos campos de pesquisa e desenvolvimento, aquisição e apoio logístico, treinamento militar e exercícios entre os dois países.

Brito et al (2019, p.124) ressaltam que o setor de defesa da Índia tem várias características relevantes que justificam o interesse do Brasil em aumentar as relações bilaterais.

“[...] inclui a excelência tecnológica indiana em diversas áreas, como desenvolvimento e lançamento de satélites, tecnologia de mísseis balísticos e de cruzeiro, submarinos nucleares e drones. O interesse brasileiro na Índia, no entanto, pode ir além de receber tecnologia ou exportar produtos de defesa; poderia envolver o aprendizado das experiências indianas com a reforma e modernização do setor de defesa” (BRITO; JHA; SOHAL, 2019, p.124).

Brasil e Índia formalizaram, em 2020, dois novos acordos com relação à Defesa. O primeiro se destina à criação de um fundo para financiar projetos estratégicos, produção e exportação de produtos de defesa. Já o segundo é destinado à cooperação para desenvolvimento e comercialização de equipamentos no setor (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2021). Ambos almejam incrementar o comércio de Produtos de Defesa (PRODE) e proporcionar o desenvolvimento de outros produtos de interesse entre as nações. Sobre o assunto, Brito et al (2019) destacam:

As relações entre o Brasil e a Índia: muito além da AstraZeneca

“[...] a Índia possui uma sofisticada rede de pesquisa em defesa, dentro e fora do aparato governamental; [...] nesse sentido, há a oportunidade do Brasil se unir às melhores instituições de pesquisa e análise da Índia para gerar e disseminar dados, informações e conhecimentos sobre questões relacionadas à defesa e segurança” (BRITO; JHA; SOHAL 2019, p.127-128).

O Brasil tem buscado atrair os investimentos da Índia, segundo maior importador de PRODE do mundo (WEZEMAN et al, 2019), estabelecendo a meta de exportações de US\$ 1 bilhão em um período de cinco a dez anos (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2020). Entre as relações mais relevantes, a empresa brasileira de armas de fogo Taurus Armas SA firmou uma joint venture com a *Jindal Defense* (parte do Grupo *OP Jindal*) para a produção e comercialização de armas leves na Índia. Com um investimento inicial de US\$ 5 milhões, o projeto prevê a instalação de uma fábrica em *Hisar (Haryana)*, na Índia (EMBAIXADA DA ÍNDIA NO BRASIL, 2021).

Ao abordar o aprendizado das experiências indianas, com relação ao ensino e à doutrina militar, desde meados da década passada, o Brasil envia militares para realização de cursos nas escolas de mais alto nível da Índia. Entre elas está a *Defense Services Staff College*, localizada na cidade de *Wellington*, no Estado de *Tamil Nadu*, organização militar responsável pelos cursos de altos estudos militares na Índia, o que proporciona um intercâmbio doutrinário relevante, particularmente com um país que detém capacidade ofensiva nuclear (FAZ, 2013), importante vetor da estratégia da dissuasão já destacada pelo General francês *André Beaufre* (BEAUFRE, 1998) em seu livro “Introdução à Estratégia”. Como forma de dissuasão extrarregional, a qual faz parte do Objetivo Estratégico do Exército Nr 1 e consta no Plano Estratégico do Exército 2020-2023 (MINISTÉRIO DA DEFESA, 2019).

Com relação à capacidade nuclear, um dos principais projetos estratégicos brasileiros é a construção de submarinos movidos à energia nuclear. A Índia, já em 2009, com apoio técnico russo, tornou-se o 6º país do mundo a dominar tal tecnologia, o que apresenta ao Brasil, conforme abordam Andrade et al (2017), outra oportunidade de parceria indo-brasileira a ser explorada.

“Brasil e a Índia compartilham do mesmo interesse pela utilização de energia nuclear para a geração de eletricidade. Do ponto de vista militar, há o interesse na construção de submarinos à propulsão nuclear como instrumento dissuasório na defesa de suas fronteiras marítimas e na projeção de poder” (ANDRADE; CARPES; LEITE, 2017, p. 620).

3. Conclusão

É lícito afirmar que as relações Indo-Brasileiras são diversificadas e se encontram em plena expansão. As assertivas apresentadas demonstram que as relações vão muito além da recente aquisição de vacinas AstraZeneca, produzidas no Instituto de Soro da Índia. Os dois países possuem um considerável potencial nos campos econômico e militar, com destaque para área da Defesa, em

termos de exportação de PRODE, modernização, operações conjuntas, treinamento ou intercâmbio técnico.

Ainda, sobre as relações Indo-Brasileiras, o pensamento de *Paul R. Viotti* e *Mark V. Kauppi* (2012) exposto na obra “*International Relations Theory*”, exorta a importância do processo colaborativo necessário entre as duas nações:

“(...) uma colaboração bem-sucedida em um campo técnico ou área funcional em particular pode levar a uma maior colaboração em outros campos relacionados por meio do mecanismo de transbordamento. Os governos reconhecem os benefícios comuns a serem obtidos por esses empreendimentos cooperativos e permitem sua expansão adicional” (VIOTTI; KAUPPI, 2012, p. 138).

Por fim, conclui-se que a colaboração bilateral é a chave para promover não apenas o entendimento recíproco e a manutenção dos laços diplomáticos, mas também promover meios para o fortalecimento nacional, estabilidade regional e influência internacional, ao passo que Brasil e Índia possuem um grau de desenvolvimento tecnológico em profundo avanço, além de dividirem a mesma visão de desenvolvimento em questões de defesa e segurança.

Referências:

AGÊNCIA BRASIL. **Chega em São Paulo um avião com mais de 2 milhões de vacinas oriundas da Índia.** Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-02/chega-a-sao-paulo-aviao-com-mais-2-milhoes-de-vacinas-da-india>.

AGÊNCIA FRANÇA PRESS (AFP). **Conheça a maior fábrica de vacinas do mundo: imunizante de Oxford veio da Índia para o Brasil.** Estadão, 2021. Disponível em: <https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,por-dentro-da-maior-fabrica-de-vacinas-do-mundo-2-milhoes-de-doses-do-imunizante-de-oxford,70003593913>. Acesso em: 25 out. 21.

ANDRADE, Israel de Oliveira; CARPES, Mariana Montez; LEITE, Alixandro Werneck. **O desenvolvimento nuclear no Brasil e na Índia: uma comparação dos programas nacionais desses países.** Revista Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, vol. 23 n° 3, p. 618-656. set./dez. 2017.

BBC. **Aukus: o que é o pacto militar anunciado por EUA, Reino Unido e Austrália para conter a China.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portugues/e/internacional-58582195>. Acesso em: 27 out. 21.

BEAUFRE, André. **Introdução à estratégia.** Tradução de Luiz de Alencar Araripe. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1998.

BRASIL. GOVERNO FEDERAL. **Covid-19, Vacinação, Doses Aplicadas,** 2021. Disponível em: https://qsprod.saude.gov.br/extensions/demas_c19vacina/demas_c19vacina.html. Acesso em: 27 out. 21.

_____. **Covid-19: Índia vai exportar doses de vacina para Brasil nesta sexta**, 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2021-01-covid-19-3Aindia-vai-expotar-doses-de-vacina-para-Brasil-nesta-sexta>. Acesso em: 27 out. 21.

BRITANNICA. **The British period, c. 1700–1947**. Disponível em: <https://www.britannica.com/place/Bangladesh/The-British-period-c-1700-1947>. Acesso em: 10 out. 21.

BRITO, Carlos Timo; JHA, Viveka Nand, SOHAL, Ankita. **Relações Brasil-Índia: além dos 70 anos**. Brasília: FUNAG, 2019.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto aprova acordo previdenciário assinado entre Brasil e Índia**. Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 215/21. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/778509-projeto-aprova-acordo-previdenciario-assinado-entre-brasil-e-india/>. Acesso em: 17 out. 21.

COUNTRYECONOMY. **Country comparison India vs Brazil**, 2021. Disponível em: <https://countryeconomy.com/countries/compare/india/brazil>. Acesso em: 27 out. 21.

EMBAIXADA DA ÍNDIA. **Relações bilaterais**. Disponível em: <https://eoibrasil.gov.in/?8599?000>. Acesso em: 27 Out 21.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil: História do Brasil cobre um período de mais de quinhentos anos, desde as raízes da colonização portuguesa até nossos dias**. Disponível em: [https://www.intaead.com.br/ebooks1/livros/hist%F3ria/12.Hist%F3ria%20do%20Brasil%20-%20Boris%20Fausto%20\(Col%F4nia\).pdf](https://www.intaead.com.br/ebooks1/livros/hist%F3ria/12.Hist%F3ria%20do%20Brasil%20-%20Boris%20Fausto%20(Col%F4nia).pdf). Acesso em: 27 out. 21.

FEDERATION OF AMERICAN SCIENTISTS (FAS). **Status of World Nuclear Forces**, 2013. Disponível em: <https://programs.fas.org/ssp/nukes/nuclearweapoabs/nukestatus.html>. Acesso em: 07 out. 21.

JARDIM, Barbara de Figueiredo Lima e JARDIM, Jonathas da Costa. **O arranjo geopolítico do cinturão do Indo Pacífico: QAD e AUKUS**. Observatório Militar da Praia Vermelha. Rio de Janeiro: ECEME, 2021

MAFRA, Roberto Machado de Oliveira. **Geopolítica: Introdução ao Estudo**. São Paulo: Sicurezza, 2006.

MINISTÉRIO DA DEFESA. Exército Brasileiro. **Plano Estratégico Do Exército 2020-2023. Sistema de Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEx - 2019)**. Brasília: Ministério da Defesa, 2019.

_____. Governo Federal. **Brasil estreita relações com a Indústria de Defesa da Índia**. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ultimas-noticias/brasil-estreita-relacoes-com-a-industria-de-defesa-da-india>. Acesso em: 27 out. 21.

PAULA, André Mendes Pereira de. **As Políticas de Defesa do Brasil e da Índia: um estudo comparado (2003 - 2015)**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: ECEME, 2016

SIMÕES, Carlota; MIRANDA, Margarida; CASALERO, Pedro. **O Visto de Coimbra: o colégio de Jesus entre Portugal e o mundo**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020.

VIOTTI, Paul; KAUPPI, Mark V. **International Relations Theory: Realism, Pluralism, Globalism**. New York: Pearson, 2012.

WEZEMAN, Pieter D; FLEURANT, Aude; KUIMOVA, Alexandra Tian Nan; WEZEMAN T. Siemon. **Trends in international arms transfers**. Estocolmo: SIPRI, 2019.

SEGUNDA PARTE



O BRASIL E O SEU ENTORNO

PREPARAÇÃO DE CONTINGENTE PARA A OPERAÇÃO ACOLHIDA*

Coronel André Vicente Scafutto de Menezes¹

1. Introdução

A Operação Acolhida foi a resposta dada pelo governo brasileiro a fim de conter, dentro do território nacional, os efeitos da crise humanitária que atingia intensamente o estado de Roraima, mais diretamente a sua capital, Boa Vista, com o grande fluxo migratório oriundo da Venezuela. Para tanto, montou um gabinete interministerial e designou um oficial general como coordenador operacional e comandante de uma Força Tarefa Logística Humanitária. A missão inicial buscava evitar o colapso econômico-social e urbano daquela região afetada, coordenar os esforços humanitários e buscar soluções. Constitucionalmente, o Brasil não traz restrições ao acesso de migrantes e, por diversos tratados, ratifica sua condição de recepção de estrangeiros e de apoio aos mais necessitados. Assim, desde o início de 2018, mais de 10 (dez) contingentes militares foram formados, cada um oriundo de um ou mais Comandos Militares de Áreas (Cmdo Mil A) que, trabalhando em conjunto com as agências da Organização das Nações Unidas (ONU), vão cumprindo suas missões.

Este autor integrou o 7º Contingente, operando do final de novembro de 2019 a início de abril de 2020. O Exército, maior efetivo, foi oriundo do Comando Militar do Leste (CML - cuja área geográfica é grande parte do sudeste brasileiro, cujas exceções são o Estado de São Paulo e o Triângulo Mineiro). Em linhas gerais, a quase totalidade dos militares veio dos quartéis dessa região brasileira, mas houve exceções, perfazendo um total que ultrapassou 600 (seiscentos) homens e mulheres. A função do autor foi a coordenadoria da célula Manaus, contando com 50 (cinquenta) militares. Este artigo é de opinião e fruto da vivência do autor e a metodologia está assim calcada dessa forma, visando fazer algumas considerações sobre a preparação dos contingentes para essa missão a partir dessa experiência.

2. Seleção de pessoal

O mais importante para o cumprimento dessa tarefa, além da definição de que se deve fazer, é a seleção de pessoal. O Coordenador Operacional e o Subcoordenador Operacional já são definidos pelo Alto Comando, após consulta junto ao Departamento Geral do Pessoal (DGP) e ao Comando de

* Artigo originalmente publicado no OMPV em 23 de agosto de 2021.

¹ Coronel do Exército Brasileiro e ex-instrutor da ECEME.

Preparação de contingente para a Operação Acolhida

Operações Terrestres (COTER). Existe a participação do Ministério da Defesa e da comissão interministerial que tem a chancela nesse processo. Resta o contingente da Força Tarefa Logística Humanitária propriamente dita, com um Chefe do Estado-Maior (CHEM) e as células e funções específicas dentro de um Quadro de Organização estabelecido, que orienta quem ocupará cada cargo, sendo todos militares das três Forças Armadas.

O Comandante Militar de Área designado para o período (meses antes do início da missão) define o nome do militar que será o CHEM (sempre do Exército) e, a partir daí, são compostos os diversos cargos. Em linha geral, esse CHEM escolhe o seu Estado-Maior e suas principais chefias, se do Exército, enquanto monitora a complementação dos claros. Esse trabalho é sensível e complexo, pois envolve, por vezes, um trabalho de convencimento e negociação junto as diversas chefias, após o aceite de determinado militar. Mais do que isso, cada militar precisa ser voluntário, estar apto nos exames de saúde, físico e psicológico. Fora isso, há a questão relacionada às qualificações e especialidades – sejam na área da saúde, do direito, da assistência social e outras tantas – muitas das quais não estão presentes na região brasileira buscada. Desse modo, é muito comum a existência de militares provenientes de outras regiões brasileiras.

Há, ainda, as questões diversas: o cuidado de se manter a questão da antiguidade militar em determinada célula e a busca de se ter pessoas que já tenham trabalhado juntas em algumas colocações para melhoria do desempenho da mesma. Fora isso, a procura por perfis que se enquadrem, em termos de sensibilidade da missão, que tenham a compreensão da complexidade da tarefa, da necessidade de coordenação de esforços com os diversos atores envolvidos e nas possíveis repercussões em termos dos problemas que são comuns nessa situação, muitos dos quais podendo ter repercussão fora das Forças Armadas ou fora do País, dependendo da gravidade dos mesmos.

Importante salientar a questão dos benefícios ou limitações da missão. Além da satisfação pessoal, profissional ou particular, por ser um integrante da operação, desempenhando um papel importante, perante a instituição Exército (Forças Armadas, pode-se dizer), a Nação Brasileira e a todos os envolvidos, tem o sentimento de humanidade, boas ações e tudo o que remonta quando se participa de algo desse tipo. Ajudar pessoas comuns, estrangeiros, muitos com histórias interessantes (muitas crianças) e ver isso funcionar é uma motivação bem grande. Além disso, são dispostas outras questões, sejam boas ou ruins. Por outro lado, o afastamento do militar em relação a sua família, o permanente estado de prontidão, com uma carga maior de trabalho (expediente muito mais estendido, com muito menos tempo de descanso) e uma responsabilidade aumentada e intangível pela grande responsabilidade, quando se avalia os problemas que poderão advir, permite dizer que a missão como um todo é sacrificante, não é simples e tem que ter um firme propósito para se voluntariar.

Como foi visto, há muito o que se fazer para se montar um efetivo para cumprir uma missão

desse tipo. Dessa forma, acredita-se que o grande desafio seja a composição de um contingente de qualidade com todas as capacidades requeridas. Já se sabe que a vocação militar é testada – muitos não voltam os mesmos. A mudança comportamental, a análise de suas prioridades pessoais e o impacto das experiências atuam naqueles que vivenciam a operação e é um dado a ser levado em consideração.

3. Atividades de preparação

Para uma tarefa como essa, há que se ter muita coordenação, a partir das reuniões com a nova equipe. Muitos contatos são firmados para se entender a missão, receber novas tarefas, agregar as funções chaves e negociar com todos os envolvidos para se dar o suporte requerido. Há também o reconhecimento, extremamente necessário para se ver no local as atividades futuras e reorientar a preparação. Por fim e não menos importante, a concentração dos efetivos e as diversas atividades preparatórias completam esse trabalho preparatório, agora não somente dos principais chefes, mas de todos envolvidos.

3.1 Reuniões de preparação

Não há como se planejar algo sem a devida coordenação. Mais ainda, só é possível entender o que se fazer quando todas as ideias então recebidas pelo CHEM, coordenador da montagem do contingente, tenham sido repassadas. É também a oportunidade de que todos os envolvidos em cargos de chefia possam se conhecer. Dessa maneira, ocorrem as reuniões. Serve como oportunidade para se repassar algumas necessidades ainda pendentes, como as funções não completadas, marcação de vacinação ou demais exames de saúde necessários, dentre tantas outras carências administrativas, como os meios disponíveis, necessidade de recursos e informações de pessoal, por exemplo.

Devido à impossibilidade de comparecimento físico de alguns de seus integrantes, as reuniões eram híbridas, com a participação de membros ausentes através de videoconferência, o que deve ser normal na maioria dos planejamentos por razões diversas. Criou-se, a partir dali, um hábito que iria prosseguir ao longo de toda a operação, principalmente quando havia sedes diferentes envolvidas (Boa Vista e Pacaraima em Roraima e Manaus no Amazonas). Não há como dispor dessa ferramenta de coordenação para uma missão tão complexa e distinta. Isso posto se deve a necessidade de se ter meios de Tecnologia da Informação disponíveis desde o início.

3.2 Reconhecimento

Para qualquer operação, ainda mais desse tipo, quer seja pelo ineditismo, complexidade ou necessidade de informações atuais e oportunas, há que se ter um reconhecimento. Neste caso, com a

Preparação de contingente para a Operação Acolhida

falta de procedimentos estruturados em manuais e sem memórias anteriores e com a mudança de rotinas a cada nova situação encontrada, um bom planejamento tem que ser antecedido por essa etapa. Além de melhor entender a situação local, favorece o início do estabelecimento das diversas ligações que serão necessárias para o desencadear das ações.

Como as tarefas são complexas e variadas, quanto mais pessoas for possível se levar, melhor, obviamente se esbarrando nas boas práticas e no controle orçamentário que qualquer administrador público tem que ter. Além de particularizar cada nível de responsabilidade que se tem, melhor será a condição de execução futura. Assim, todas as chefias devem se fazer representar e cada um tem que já ter uma boa compreensão de suas tarefas para se ter condições de realizar seus esclarecimentos. Se possível, levar inclusive pessoal administrativo que corrobora com a missão, não presentes no contingente, mas que também teriam importância na busca de informações, pois abreviariam possíveis problemas iniciais e até porque também manteriam esse apoio logístico mesmo a distância.

3.3 Concentração e instruções

Uma atividade crítica se refere a concentração de todos os militares envolvidos na futura missão, antevendo o seu embarque. A primeira medida é a definição das Organizações Militares (OM) hospedeiras para receber os efetivos, mesmo aqueles de outras OM da guarnição definida. Depois disso, tem que se realizar as coordenações administrativas necessárias com todos os envolvidos, quer seja transferência de etapas, Pedidos de Cooperação de Instrução (PCI) para as atividades após a reunião, contratação de ônibus, alocação de recursos específicos, escolha e definição de alojamentos e áreas de instrução, calendário de inspeções, dentre tantas outras atividades de preparo.

Tudo isso, obviamente, com o aval de todos os comandantes militares envolvidos e após minucioso planejamento. Com a chegada dos efetivos, além das instruções planejadas, há muito o que se fazer em termos administrativos, tais como: exames de saúde complementares, substituições (acontece de haver militares com problemas sérios surgidos numa última hora, sendo a última possibilidade dessa conduta), recebimento de material (fardamento, kits diversos e outros) e demais atividades, principalmente ligadas ao pessoal.

Ao mesmo tempo em que essas ações administrativas vão sendo realizadas, seguem as instruções, aquelas de caráter geral ou mesmo particular para cada grupo em suas especialidades, testes físicos e psicológicos, conduta auto para todos os habilitados como uma adaptação aos veículos militares utilizados na missão, idiomas, desenvolvimento de liderança, patrulhamento, cuidados com os civis, por exemplo. Ressalta-se a presença de agências das Nações Unidas (UNPFA, ACNUR, OIM, UNICEF, dentre outras) nessa fase, repassando diversas informações e cuidados preventivos para se evitar problemas diversos. Militares de outras Forças Armadas não participam dessa etapa –

fazem suas preparações dentro de cada instituição. Haveria um ganho se fosse possível uma reunião de todos os militares anteriormente, devido a relevância da operação.

A preocupação de se criar um espírito militar coletivo para se alinhar procedimentos também é muito importante e dar o máximo de informações possíveis para todos. Tudo isso, a fim de dar um alinhamento de intenções, pois muitas tarefas são muito descentralizadas e a presença das chefias nem sempre se fará possível, havendo a necessidade de condutas individuais. Por fim, o contingente fica aguardando o seu momento de embarque e início de operação, feito em várias levadas a fim de se permitir uma substituição adequada e sem solução de continuidade.

4. Considerações Finais

Relatar toda essa sequência pode parecer simples, mas muito desgaste existe em cada pequena fase e neste artigo foram dispostos algumas dessas questões. Problemas pessoais surgem, mudanças no planejamento logístico ou questões diversas, como a atual pandemia e outras variáveis também. Tudo isso atua diretamente afetando os participantes ou o planejamento como um todo.

Em termos da Operação Acolhida, o Estado Brasileiro tem trabalhado bem nisso. As suas instituições, principalmente as militares no nível federal, têm sido fundamentais para o seu sucesso, cujo portfólio de êxito está caracterizado na indicação para recebimento de prêmio internacional. A capacidade de bem cumprir as diversas missões, específico a instituição Exército, principal componente desse trabalho, dá mostras da qualidade do profissional fardado que consegue, com a sua “mão amiga”, dar sempre um algo a mais para o sucesso de suas ações.

Finalizando este artigo, é necessário destacar que, cada vez mais, os contingentes têm sido repetidos e muita experiência já foi agregada, mas, sem dúvida, a preparação adequada é tão, senão mais importante, que a execução da missão da Operação Acolhida.

SOBRE A RELAÇÃO ENTRE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS NARCOTRAFICANTES E O GARIMPO NO ESTADO EM RORAIMA*

Lucas Barreto Rodrigues¹

Introdução

Recentemente (de 01 à 15 de setembro de 2021), o Ministério da Justiça e Segurança Pública coordenou uma operação de combate ao garimpo ilegal na Reserva Indígena Yanomami no Estado de Roraima. A operação resultou na apreensão de 13 pessoas, 64 aeronaves, 75 mil litros de combustível, 611 munições, mais de uma tonelada em minério e 500 metros de mangueiras de garimpo (BRASIL, 2021a). Essa operação surge em um contexto de tensão entre grupos criminosos armados atuando na fronteira e as comunidades indígenas do noroeste de Roraima.

No início do ano de 2021, ocorreu uma série de ataques promovidos por garimpeiros a aldeias indígenas em terras Yanomamis. Em um deles, grupos de garimpeiros armados deslocando-se em canoas, atacaram a comunidade Palimiú a partir do rio Uraricoera, calha fluvial de acesso aos garimpos (BACHEGA, 2021; BOEHM, 2021).

Sugere-se, também, em diferentes versões de narrativas de grupos políticos distintos, as relações institucionais dos garimpeiros, estabelecendo ligação destes com o Primeiro Comando da Capital (PCC) e até com organizações internacionais. No entanto, o Secretário de Segurança Pública de Roraima, Edison Prola, confirma a presença da facção paulista nos garimpos ilegais (BIASETTO, 2021). Uma vez constatada tal relação, o que explicaria essa aproximação entre as quadrilhas exploradoras de minérios e os narcotraficantes?

O Garimpo em Áreas Indígenas

Apesar de constituir crime ambiental “executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais” (BRASIL, 1998) nas terras protegidas, a temática é polêmica até mesmo entre as comunidades indígenas (GLOBO, 2021). A figura do garimpeiro é, eventualmente, construída com heroísmo no Estado sendo exibida como monumento na principal praça da capital do Estado, Boa Vista e, no âmbito político, organizações que representam os grupos indígenas movimentam-se em defesa da proibição plena da atividade em terras indígenas ou de flexibilizações para a comunidade.

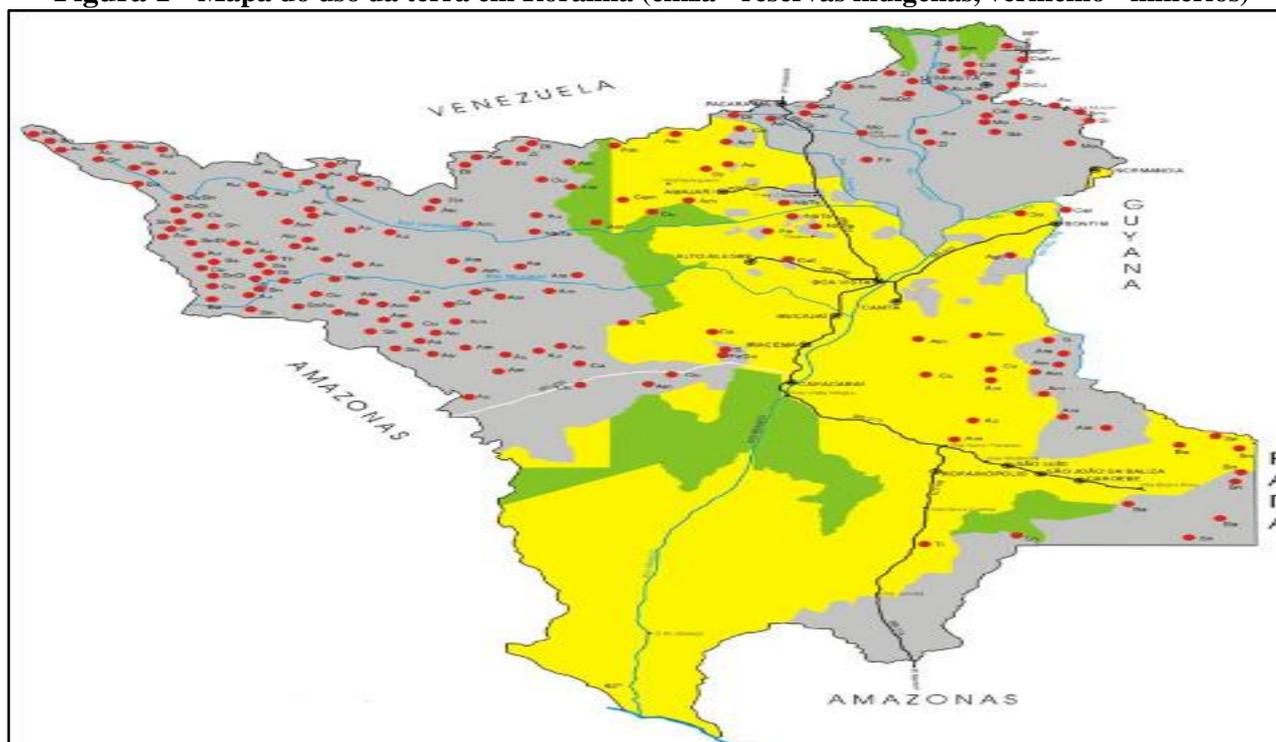
* Artigo originalmente publicado no OMPV em 15 de outubro de 2021.

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Ciências Militares.

O Estado de Roraima possui duas grandes terras indígenas demarcadas: a reserva Yanomami, no noroeste do Estado, e a reserva Raposa Serra do Sol, no nordeste. Ambas se encontram dentro da faixa de fronteira e, nenhuma das duas compõem territórios únicos, sendo compostas por outros pequenos “enclaves” distribuídos pelo Estado de Roraima.

Dentro desses territórios demarcados, o subsolo abriga a maioria das reservas de ouro conhecidas de Roraima, embora não haja estudos disponíveis que estimem o tamanho dos depósitos. No entanto, a exportação de ouro ilegal proveniente do Estado é percebida há bastante tempo. Apenas em 2018, o ouro explorado em Roraima rendeu um montante de 7,8 milhões de dólares.

Figura 1 - Mapa do uso da terra em Roraima (cinza - reservas indígenas, vermelho - minérios)



Fonte: Aurelina Medeiros; Governo do Estado de Roraima.

Os grupos que defendem a proibição plena argumentam que o garimpo possui “efeito devastador” tanto para o meio ambiente como para as comunidades indígenas habitantes das terras. Além da degradação do solo, florestas e rios, o fluxo constante de pessoas por entrepostos onde concentram-se as comunidades indígenas facilita a disseminação de doenças e problemas sociais relativos a excessos e crimes. Em função disso, as comunidades indígenas partidárias a esse ponto de vista, bem como outros apoiadores externos, mobilizam meios de promover fiscalizações, construindo barreiras em rios e contribuindo com informações às forças policiais (CASTRO, 2021).

Os outros grupos, defensores da flexibilização de atividades de garimpo em terras indígenas, valem-se, principalmente, do argumento de autogestão da terra, onde as comunidades indígenas teriam total liberdade para decidir seu uso. Esse argumento tende à defesa do chamado “garimpo

artesanal”; meio de extração dos metais de maneira rudimentar, não maquinizada e que seria menos danoso ao meio ambiente. Essa ideia detém parte do apoio das comunidades em função da possibilidade de acúmulo de dinheiro que o garimpo poderia viabilizar (GLOBO, 2021).

Para além do âmbito político, no nível tático, a ação de garimpeiros em terras indígenas apresenta sistêmicos eventos de violência. Com episódios marcados por tiroteios contra comunidades indígenas, forças policiais e relatos de intimidações. Configurando-se como a mais aparente causa de relevância à segurança pública da população inserida nesse contexto, como demonstrado no exemplo recente relatado na introdução.

A Conjuntura de outros crimes transnacionais em Roraima

O Estado de Roraima, posicionado no extremo norte do país, possui uma população de pouco mais de meio milhão de habitantes. É cortado de norte à sul por dois corredores principais: o rio Branco (que é navegável a partir do município de Caracaraí até sua foz no rio Negro, já no Estado do Amazonas) e a BR-174 (que cruza o Estado desde o Município de Pacaraima, na fronteira com a Venezuela, até Manaus - AM) (BRASIL, 2017).

As fronteiras do Estado compõem 1922 quilômetros com a Venezuela a norte/noroeste, e com a Guiana a leste. É essa posição estratégica que torna tal Estado singular para aspectos relativos à atividades de organizações criminosas gestoras de ilícitos transnacionais como o tráfico de drogas, armas e pessoas.

No contexto da Amazônia, os rios e estradas, funcionam como caminhos bem definidos de fluxo de pessoas e de cargas. Diferentemente da Região centro-sul do Brasil e demais regiões concentradas dos outros países da América do Sul (geralmente litorâneas) os interiores do continente possuem infraestrutura de transportes escassos, o que torna as poucas vias existentes em corredores estratégicos para o deslocamento em massa (MACHADO, 2009).

No entanto, junto com o fluxo de pessoas, deslocam-se também, por esses corredores, cargas ilícitas (como drogas e armas) e o próprio fluxo de pessoas em si sugere a existência de crimes relativos ao tráfico humano. Quando tratamos de tráfico de drogas, mais especificamente da cocaína, por exemplo, temos a seguinte conjuntura continental: Os países andinos (Colômbia, Peru e Bolívia) são os maiores produtores globais do entorpecente; os Estados Unidos e o continente Europeu constituem um lucrativo mercado consumidor; assim sendo, para chegar à Europa, portanto, para atravessar o oceano Atlântico, as cargas de drogas, necessariamente, possuem nos países da costa atlântica da América do Sul, uma plataforma de exportação (STEIMAN, 1995).

Até 2008, a Venezuela era a principal plataforma de exportação transatlântica de drogas provenientes, principalmente, da Colômbia; posteriormente, esse posto foi assumido pelo Brasil, com

a emergência de organizações criminosas de caráter continental operantes em duas grandes rotas internas que ligam os países produtores e os portos brasileiros (por onde a droga sai escondida em carregamentos lícitos) (UNODC, 2008).

Na Amazônia Brasileira, os rios da bacia que se encontram para formar o rio Amazonas servem como corredores de ingresso, a partir dos países andinos, de drogas e insumos que, ao longo desse processo logístico, são refinadas, estocadas e abastecem mercados locais antes de seguir em direção aos grandes centros do litoral brasileiro - região com grande mercado consumidor e infraestrutura de transportes transnacionais mais viáveis aos criminosos (MACHADO, 2009; COUTO, 2017).

Importante destacar que, apesar do fluxo das drogas ser identificado como partindo dos andes rumo ao litoral, os rios da região funcionam como vias de mão dupla nesse sistema, servindo de também como meio de abastecimento dos fornecedores de insumos para o refino da droga ou para o transporte de produtos igualmente ilícitos em fluxo contrário (BRASIL, 2000).

É nesse contexto que o rio Branco e a BR-174, corredores que ligam as duas principais plataformas de exportação de cocaína da América do Sul, colocam o Estado de Roraima em uma condição única em toda a Amazônia. Pela combinação desses corredores destacados, não circulam apenas cargas de drogas destinadas à exportação e consumo “varejista” local, mas também o ingresso de armas e insumos mais fáceis de serem adquiridos no Platô das Guianas.

Essa movimentação de ilícitos transnacionais que engloba o Estado de Roraima é notada desde os anos de 1990, Emanuele Pasqualotto (2009, p. 16) destaca que apreensões de cargas de drogas no Estado ocorriam em fazendas, potencialmente, sendo distribuídas por meio aéreo. No relatório final da CPI do Narcotráfico de 2000, é citado envolvimento de deputados estaduais de Roraima inseridos em quadrilhas que realizavam esse tipo de crime na região das Guianas. (BRASIL, 2000, p. 232)

Com a ascensão das facções criminosas, o ator protagonista sobre tais crimes passou a ser centralizado em siglas que representavam organizações geridas a partir de células nas cadeias. Atualmente, o Estado encontra-se sob disputa de três organizações brasileiras: o Primeiro Comando da Capital (PCC); o Comando Vermelho Rogério Lemgruber (CVRL) e a Família do Norte (FDN). (COSTA; OLIVEIRA, 2018) Destaca-se também a presença de células em Roraima ou relações com as facções brasileiras de dois grupos criminosos venezuelanos: o Tren de Aragua e o Práto. (ALESSI, 2021; RAMALHO, 2019)

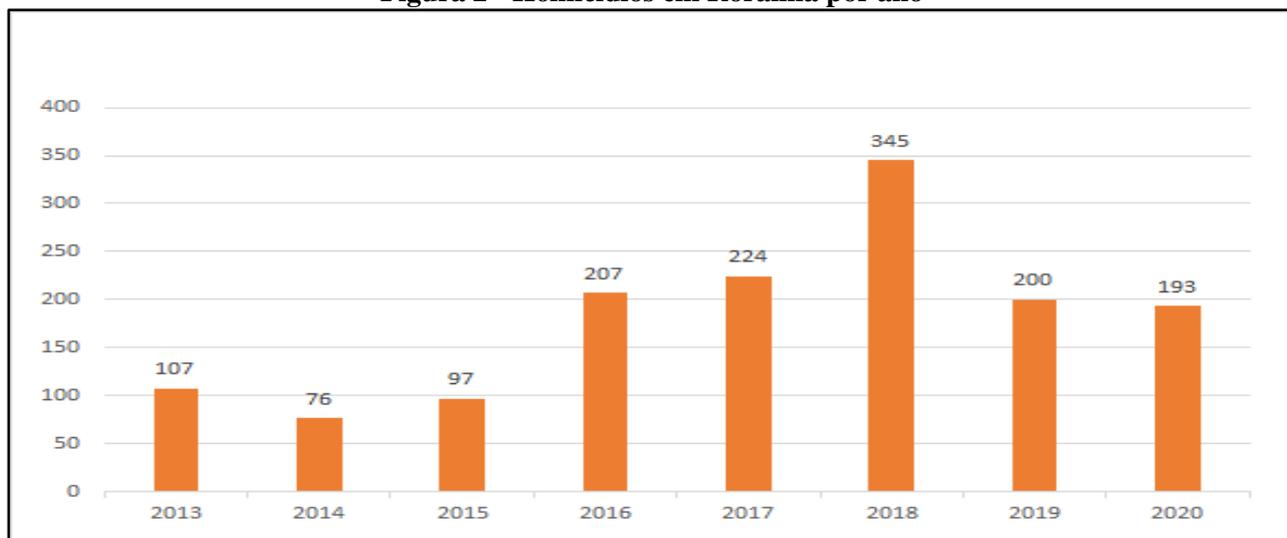
Os objetivos das facções criminosas em estabelecer controle sobre o Roraima está fundamentado, prioritariamente, no mercado ilegal de armas de fogo oferecido pela Venezuela (RAMALHO, 2019), além de ser uma alternativa útil para o contrabando, tráfico de drogas (como já destacado) e lavagem de dinheiro.

Relação entre organizações criminosas narcotraficantes e o garimpo no Estado em Roraima

O interesse na venda local é limitado quando comparado ao restante do Brasil, uma vez que, o Estado de Roraima, sendo o menos populoso, concentra uma demanda bem menor que os grandes centros urbanos do continente. Todavia, o acesso de drogas a Manaus é estratégico para as organizações. Isso se reflete na configuração dos homicídios no Estado. Cidades onde a demanda por drogas costuma ser alta, ocorrem disputas mais violentas nas periferias da cidade por domínio sobre pontos de vendas de drogas. Em Roraima, a concentração dos homicídios na Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (principal cadeia da cidade) expõe a disputa das facções por estabelecer sua hegemonia refletindo o cenário que constitui a visão macro da região. (BRANDÃO, 2016; G1 RORAIMA, 2017)

Especialmente a partir de 2016, com o racha da aliança entre PCC e CVRL a nível continental (e posteriormente, do CVRL com a FDN a nível regional), o Estado de Roraima evidenciou sucessivos massacres em frequência nunca antes verificada na Penitenciária de Monte Cristo. Simultaneamente, a crise migratória de venezuelanos ingressantes no Brasil constituiu recursos humanos vulneráveis para a consolidação de redes criminosas que, eventualmente, beneficiam-se do cenário para a manutenção de seus negócios ilícitos.

Figura 2 - Homicídios em Roraima por ano



Fonte: Monitor da Violência/G1.

Quais motivações explicariam a relação dos garimpeiros com os narcotraficantes?

Por se tratar de organizações criminosas especializadas em extração ilegal de ouro, os garimpeiros, eventualmente, obtiveram contatos com outros criminosos pertencentes às facções como o PCC e o Tren de Aragua. O poder aquisitivo da facção criminosa paulista e sua capacidade de mobilizar meios para confrontar as autoridades, somado à baixa força contingencial do Estado de Roraima, facilitou a instalação da facção criminosa nos garimpos dentro da Terra Indígena

Yanomami, estabelecendo maquinários, grupos armados, meios logísticos e até cobranças de pedágios nos rios.

A aproximação entre o PCC e os garimpos em terras indígenas em Roraima consolida uma via de benefício mútuo entre os garimpeiros e a facção, pautado na “proteção” dos garimpos diante das investidas das forças policiais e na capacidade de lavagem de dinheiro da organização por vias do comércio de ouro pouco fiscalizado pelo Estado, além da utilização dos mesmos logísticos do comércio ilegal de metais para o transporte de drogas e outros itens de interesse das facções.

O PCC, bem como outras facções criminosas brasileiras surgidas de células de criminosos detidos e que, até hoje, organizam-se a partir de cúpulas decisórias organizadas dentro dos presídios, possuem como diferença para com outras organizações criminosas, entre outras características, a deficiência de atuação na gestão de crimes financeiros. Isto é, embora as dimensões e volumes financeiros dos narcotraficantes coloquem o PCC entre os grupos criminosos mais ricos do mundo, lhes é artesanal a atuação para operar tais montantes.

Segundo o Promotor Lincoln Gakiya do Ministério Público de Presidente Prudente - SP, o PCC tende a refinar seu sistema de lavagem de dinheiro que, atualmente, ainda possui as vulnerabilidades que possibilitam identificar com relativa facilidade seus operadores; no entanto, o promotor destaca preocupação com os contatos obtidos entre membros da facção e presos com expertise necessária para realizar operações financeiras ilegais mais complexas, como agentes criminosos condenados em decorrência das investigações da Operação Lava Jato. (GAKIYA, 2021, a partir de 00:09:48 h)

Indícios desse refino operacional financeiro são verificados em esquemas de lavagem de dinheiro identificados pelas investigações da Operação Tempestade, onde o sistema criminoso do PCC era utilizado por doleiros como parte de um esquema de corrupção que desviava dinheiro destinado à construção de hospitais de campanha no Rio de Janeiro durante a pandemia do novo coronavírus (GODOY, 2021).

Em função disso, é sólido especular que o principal interesse da aproximação do PCC com os garimpeiros de Roraima pode ser voltado para a lavagem de dinheiro. Os recursos da facção criminosa para a gestão logística de drogas e a capacidade de operar a partir de unidades prisionais, por sua vez, beneficiam garimpeiros interessados em escoar sua produção a partir dos meios ilícitos.

Portanto, uma vez se tratando de um Estado sem grande expressão de mercado consumidor em proporções populacionais, a hipótese de que o controle dos recursos minerais para a lavagem de dinheiro fomenta parte dos interesses do PCC em obter controle sobre tais territórios podem ser especulada a partir dos indicadores de presença da organização nos presídios frente aos crescentes relatados ataques contra instituições públicas de controle das atividades garimpeiras no Estado.

Referências:

ALESSI, Gil. **Venezuelanos ganham força em cargos-chave no PCC em Roraima após ‘batismo’ feito por liderança nacional.** El País Brasil, 07 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://brasil.el-pais.com/brasil/2021-02-07/venezuelanos-ganham-forca-e-cargos-chave-no-pcc-em-roraima-apos-batismo-feito-por-lideranca-nacional.html>. Acesso em: 24 set. 2021.

BACHEGA, Hugo. **A comunidade Yanomami refém de tiros e bombas de garimpeiros há mais de um mês.** BBC Brasil, 28 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-57619851>. Acesso em: 24 set. 2021.

BIASETTO, Daniel. **Polícia Federal e MPF investigação de facções em terra Yanomami.** O Globo. 16 de maio de 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/policia-federal-mpf-investigam-acao-de-faccoes-em-terra-yanomami-1-25019591>. Acesso em: 24 set. 2021.

BOEHM, Camila. **Indígenas denunciam mais um ataque de garimpeiros em terra Yanomami.** (Notícia) Agência Brasil. 20 de maio de 2021. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-05/indigenas-denunciam-mais-um-ataque-de-garimpeiros-em-terra-yanomami>. Acesso em: 24 set. 2021.

BRANDÃO, Inaê. **Confronto entre presos de RR deixa 10 mortos e 6 feridos, afirma Sejud.** G1 Roraima, 17 de outubro de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2016/10/confronto-entre-presos-de-rr-deixa-10-mortos-e-6-feridos-afirma-sejud.html>. Acesso em: 07 ago. 2021.

BRASIL. **Operação na Terra Indígena Yanomami apreende mais de 60 aeronaves em 15 dias.** Ministério da Justiça e Segurança Pública, 16 de setembro de 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/operacao-na-terra-indigena-yanomami-apreende-mais-de-60-aeronaves-em-15-dias>. Acesso em: 24 set. 2021.

BRASIL. **Lei Número 9.605 de 12 de fevereiro de 1998.** Subchefia para assuntos jurídicos; Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm. Acesso em: 24 set. 2021.

BRASIL. **Mapa multimodal de Roraima.** Ministério dos transportes, portos e aviação civil. 2017.

CASTRO, Rodrigo. **Sem proteção permanente, Yanomamis relatam medo de novos conflitos: ‘Situação muito tensa’.** O Globo, 20 de maio de 2021. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/brasil/sem-protecao-permanente-yanomamis-relatam-medo-de-novos-conflitos-situacao-muito-tensa-25026084>. Acesso em: 24 set. 2021.

COSTA, Emily; OLIVEIRA, Valéria. **Guerra entre facções rivais faz disparar índices de homicídios em Boa Vista.** G1 Roraima. 29 de abril de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/guerra-entre-faccoes-rivais-faz-disparar-indices-de-homicidios-em-boavista.ghtml>. Acesso em: 24 set. 2021.

COUTO, Aiala Colares; OLIVEIRA, Isabela de Souza. **A geografia do narcotráfico na Amazônia.** Geographia Opportuno Tempore, vol. 3, nº 01, 2017.

GAKIYA, Lincoln. **Entrevista concedida ao documentário WAINER, João. PCC - Primeiro Cartel da Capital | Parte 3: Cartel. MOV.doc**; UOL, 2021. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=axyyiAY6eGw&ab_channel=MOVdoc. Acesso em: 20 jul. 2021.

GLOBO. **Garimpo não é consenso entre indígenas de Roraima**. Globo Repórter, 28 de agosto de 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/globo-reporter/noticia/2021/08/28/garimpo-nao-e-consenso-entre-indigenas-de-roraima.ghtml>. Acesso em: 24 set. 2021.

GLOBO. **31 presos são mortos em penitenciária de Roraima, diz governo**. G1 Roraima, 06 de janeiro de 2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2017/01/mais-de-30-presos-sao-mortos-na-penitenciaria-de-roraima-diz-sejuc.html>. Acesso em: 07 ago. 2021.

GODOY, Marcelo. **Banco do Crime do PCC é suspeito de lavar dinheiro desviado do combate à COVID no Rio**. Estadão, 08 de maio de 2021. Disponível em: <https://brasil.estadao.com.br/noticias/rio-de-janeiro,banco-do-crime-e-suspeito-de-lavar-dinheiro-desviado-da-covid-19-no-rio,70003708197>. Acesso em: 20 ago. 2021.

MACHADO, Lia Osorio. **Tráfico de drogas ilícitas e território: o caso do Brasil**. In. La Economía de las Drogas Ilícitas. Escenarios de conflictos y Derechos Humanos, p. 123-139. Barcelona: Colectivo Maloka, 2009.

MEDEIROS, Aurelina. **Estrutura agrária do Estado de Roraima**. Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento de Roraima.

MONITOR DA VIOLÊNCIA. **As mortes violentas mês a mês no país**. G1, 19 de agosto de 2021. Disponível em: http://especiais.g1.globo.com/monitor-da-violencia/2018/mortes-violentas-no-brasil/?_ga=2.62391716.904663727.1632934469-1825195893.1631240877#/dados-mensais-2021?mes_2021=junho&estado=RR&crime=Todos%20os%20crimes%20violentos. Acesso em: 24 set. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **World Drug Report - 2008**. United Nations Office on Drugs and Crimes (UNODC). Disponível em: https://www.unodc.org/documents/wdr/WDR_2008/WDR_2008_eng_web.pdf. Acesso em: 24 de set. 2021.

PASQUALOTTO, Emanuele Cristina. **Dependência Química: o olhar da mídia sobre o usuário em Boa Vista**. Monografia. Boa Vista: Universidade Federal de Roraima, 2009.

RAMALHO, Sérgio. **Maior facção da Venezuela tem núcleo em solo brasileiro agindo em Roraima**. UOL, 10 de setembro de 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/09/10/pranato-faccao-venezuela-pacaraima-roraima-fronteira-brasil.htm>. Acesso em: 24 set. 2021.

STEIMAN, Rebecca. **O Mapa da Droga**. Monografia. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1995.

A IMPORTÂNCIA DO ATLÂNTICO SUL COMO ENTORNO ESTRATÉGICO*

*Tenente-Coronel Alexandre da Fonseca Nepomuceno de Souza¹
Tenente-Coronel Marcus Vinicius Cardoso Monteiro²*

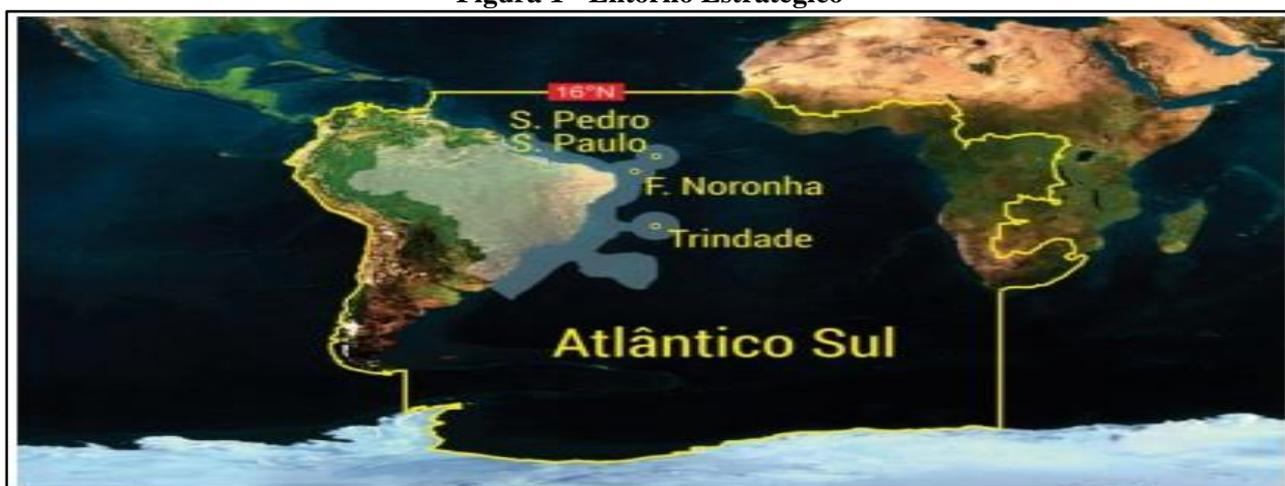
1. Introdução

O Entorno estratégico é a área de interesse prioritário para o Brasil, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica. Cabe destacar, a Política Nacional de Defesa (PND) estabelece que, além das regiões onde se concentram os poderes político e econômico, deve-se dar prioridade à faixa de fronteira, à Amazônia e ao Atlântico Sul.

O Atlântico Sul é a região delimitada geoestrategicamente ao Norte pelo paralelo 16°N; ao Sul pelo Continente Antártico; a Leste pelo litoral africano e a Oeste pela América do Sul (PND). “O limite de 16° N tem o propósito de englobar três importantes áreas: a que abrange o espaço entre os salientes nordestino e o ocidental africano, o Mar do Caribe e o litoral brasileiro do hemisfério Norte”, segundo define o Plano Estratégico da Marinha - PEM 2040 (BRASIL, 2020a).

A natural vocação marítima brasileira é respaldada pelo seu extenso litoral, pela magnitude do seu comércio marítimo e pela incontestável importância estratégica do Atlântico Sul, o qual acolhe a denominada Amazônia Azul, ecossistema de área comparável à Amazônia territorial brasileira e de vital relevância para o País, na medida em que incorpora elevado potencial de recursos vivos e não vivos, entre estes, as maiores reservas de petróleo e gás do Brasil.

Figura 1 - Entorno Estratégico



Fonte: Brasil (2020a).

* Artigo originalmente publicado no OMPV em 29 de novembro de 2021.

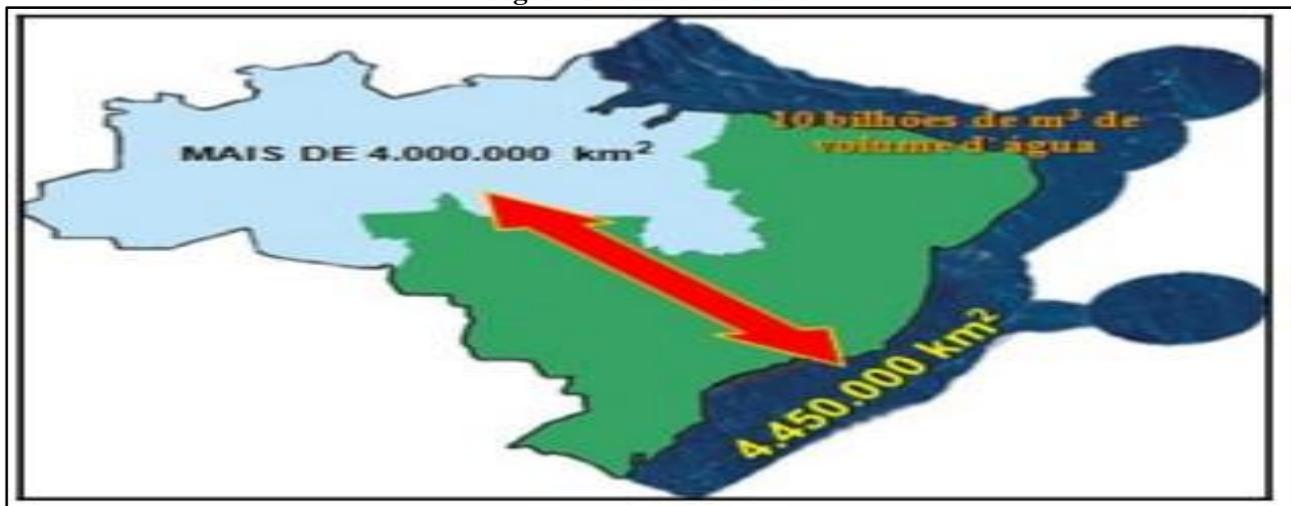
¹ Tenente-Coronel do Exército Brasileiro.

² Tenente-Coronel do Exército Brasileiro.

O Atlântico Sul detém significativas reservas de recursos naturais, em um mundo já cioso da escassez desses ativos. Tal cenário poderá ensejar a ocorrência de conflitos nos quais prevaleça o uso da força ou o seu respaldo para a imposição de sanções políticas e econômicas. Potências externas têm incrementado sua presença e influência nessas áreas. Além disso, percebe-se o crescimento de ilícitos transnacionais, pesca predatória, crimes ambientais e a presença de países que dela não fazem parte e que, no entanto, possuem interesses na região.

No lado ocidental do Atlântico Sul, sobressai a Amazônia Azul, de dimensões comparáveis às da Amazônia, onde o Brasil detém direitos de soberania para aproveitamento econômico dos recursos naturais, quer existentes na massa líquida ou no subsolo marinho. Essa ideia-força congrega as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), que representam um patrimônio de alta relevância para a nação.

Figura 2 - Amazônia Azul



Fonte: Quadros (2021).

A Amazônia Azul é um conceito político-estratégico que vem sendo divulgado pela Marinha do Brasil (MB), com o objetivo de alertar a sociedade e demais instituições nacionais sobre a importância desse espaço marítimo e fluvial sob jurisdição nacional, à luz dos direitos e deveres estabelecidos na Terceira Convenção das Nações Unidas sobre o Direito no Mar (CNUDM III). Esse conceito visa despertar na sociedade brasileira o interesse acerca das riquezas imersas nessa gigantesca massa de água que contorna o Brasil, alertando sobre a necessidade de preservação e as vulnerabilidades envolvidas.

Figura 3 - Caracterização da Amazônia Azul



Fonte: Willrich (2018).

A importância estratégica do Atlântico Sul, no contexto do conceito político-estratégico da Amazônia Azul, possui as seguintes vertentes: Soberania; Científica; Ambiental e Econômica.

2. A importância do Atlântico Sul pela vertente da soberania

Os oceanos naturais são espaços de projeção de poder nas relações entre os países do mundo. Ao analisar-se tal fato sob a ótica da vertente da soberania, percebe-se que o Atlântico Sul, estando inserido no entorno estratégico brasileiro, possui um elevado grau de envolvimento com a segurança nacional, já que qualquer ameaça que nele surja, pode afetar nossos interesses e, por conseguinte, a nossa soberania.

Segundo a PEM - 2040, a soberania no Atlântico Sul estaria diretamente ligada às atribuições da Marinha do Brasil, pois é ela quem “representa a autoridade do Estado e tutela o uso da força no mar” (BRASIL 2020a). No caso do enfrentamento de variadas e complexas ameaças da atualidade que possam advir naquele ambiente marítimo, caberia a nossa força naval a defesa dos interesses brasileiros perante as mesmas.

“Nas duas últimas décadas, as ações brasileiras no Atlântico Sul e a maior cooperação com os países africanos fortaleceram a presença brasileira nessas regiões, como, por exemplo, por meio da constituição da Zona de Paz e Segurança do Atlântico Sul (Zopacas), em 1986”, de acordo com Lima et al. (2017, p. 52). Cabe destacar que a Zopacas tem contribuído para a consolidação do Brasil como ator regional relevante, aumentando sua influência no entorno estratégico e minimizando a possibilidade de interferência militar de potências extrarregionais no Atlântico Sul.

Nesse contexto, ainda em relação ao Atlântico Sul, a PND (BRASIL, 2020b) destaca que é possível perceber “o crescimento de ilícitos transnacionais, pesca predatória, crimes ambientais e a presença de países que dela não fazem parte e que, no entanto, possuem interesses na região”, o que demanda do Brasil ações em prol da defesa de seus interesses face a essa gama de ameaças.

Ainda em relação ao aspecto da soberania, é possível notar que as grandes potências têm intensificado sua atuação no Atlântico Sul. Tal fato ocorreu após as descobertas de petróleo na região e pode ser visto, por exemplo, no controle britânico de pequenas ilhas e na reativação da IV Frota Naval estadunidense em 2008, levando o Brasil a buscar uma aproximação e cooperação em temas sensíveis com os países africanos, numa clara estratégia de diversificação de parcerias da diplomacia brasileira.

Desse modo, pelo que foi apresentado, a importância do Atlântico Sul para a soberania do Brasil fica evidente. A região contém riquezas materiais indispensáveis ao país, como a Amazônia Azul e o Pré-Sal, dentre outras, sinalizando a importância estratégica que ela possui, exigindo do governo brasileiro a intensificação das capacidades de prover segurança marítima e assim defender os interesses da nação.

3. A importância do Atlântico Sul pela vertente científica

De acordo com o PEM - 2040, A vertente científica trata das potencialidades de pesquisa e desenvolvimento tecnológico, aos desdobramentos econômicos das aplicações da biodiversidade marinha e à necessidade de preservação de conhecimentos sobre o ambiente marítimo, que podem, também, ser empregados por forças navais na defesa dos interesses dos respectivos Estados. (BRASIL, 2020a).

Uma das potencialidades científicas existentes no Atlântico Sul, particularmente na região da Amazônia Azul, se refere à pesquisa e exploração do Pré-sal, iniciada neste século pelo Brasil. O desenvolvimento tecnológico em prospecção de petróleo em águas mais profundas, proporcionou ao país o status de autossuficiente em relação a esta fonte de energia.

Outro aspecto relevante se refere à biodiversidade existente neste ambiente marítimo. A riqueza da vida marinha proveniente da região é comparável à da Amazônia Verde, apesar de ser, até então, menos explorada. O governo brasileiro tem buscado a preservação da Amazônia Azul por meio de programas e ações voltadas para o uso racional e sustentável dos recursos naturais no litoral brasileiro.

Nesse sentido, um exemplo de ação implementada pelo país é a do Programa de Levantamento e Avaliação do Potencial Biotecnológico da Biodiversidade Marinha (BIOMAR). Ele desenvolve conhecimentos, absorve tecnologias e promove a inovação em produtos, serviços e processos para o

aproveitamento sustentável do potencial biotecnológico de plantas, animais e microrganismos marinhos existentes nas zonas costeiras brasileiras.

Em relação ao desenvolvimento tecnológico voltado ao litoral brasileiro, a Marinha do Brasil está implementando o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz). Segundo Arruda (2014, p.45), ele “será um conjunto de diversos sistemas que já possuímos e possibilitará um total conhecimento sobre o que se passa na superfície e no espaço aéreo das águas jurisdicionais brasileiras e em boa parte do Atlântico Sul”. O autor também destaca que o SisGAAz “também contribuirá com a vigilância e a segurança marítimas, emergências, prevenção da poluição ambiental e reação às chamadas novas ameaças”, favorecendo a preservação e proteção do ambiente marítimo brasileiro.

Dessa forma, em relação a importância do Atlântico Sul na vertente científica, fica claro as potencialidades de pesquisa e desenvolvimento que a região permite ao país e como isso pode favorecer ao seu desenvolvimento, sendo um objetivo nacional evitar que esse território marítimo seja impactado negativamente pela exploração indevida de seus recursos minerais, energéticos, biológicos e biotecnológicos, que poderia trazer sérios prejuízos ao Brasil.

4. A importância do Atlântico Sul pela vertente ambiental

No tocante à vertente ambiental, ela assume um viés mais regulatório, posto que a continuidade dos espaços oceânicos e a mobilidade das correntes marinhas ampliam a possibilidade de tráfico de espécies e a exploração comprometidora do ambiente marinho. Dessa forma, tal vertente aponta para a necessidade de assumirmos um papel construtivo de acordos, pela relevância que essa temática vem assumindo no âmbito internacional (RODRIGUES, 2021).

Os problemas ambientais relacionados aos oceanos costumam ser bastante complicados, considerando-se que os oceanos são sistemas ambientais complexos e bastante amplos, possuindo uma rica biodiversidade de animais e plantas. Os impactos ambientais neles, de modo geral, costumam ser grandes, por se tratar de áreas geográficas consideráveis.

Nesse sentido, a preservação dos recursos do Atlântico Sul tem significativa importância seus Estados costeiros, valorizando o potencial desse ambiente oceânico para a criação de riqueza, emprego e sua ligação com o desenvolvimento sustentável e o papel desempenhado pelas atividades econômicas “tradicionais” (exploração de recursos marinhos vivos, hidrocarbonetos offshore, atividades portuárias, indústria naval, transporte marítimo, turismo costeiro) e emergentes e inovadoras (energia renovável, biotecnologia marinha, mineração, dessalinização, proteção ambiental, defesa e segurança, pesquisa e educação)

Outro aspecto relevante é que a questão ambiental tem pautado diversos fóruns internacionais e merece ser analisada em suas distintas frentes. A primeira delas é a ocorrência de crimes ambientais,

que podem ter repercussão prolongada e negativa, como ocorreu no vazamento de óleo na costa brasileira em 2019 (BRASIL, 2020a).

Os desastres ambientais no Atlântico Sul são uma forte ameaça à economia, devido à degradação das fontes de arrecadação pelo turismo, pelos custos que impõem à saúde pública ou, ainda, pelas restrições operacionais que geram em determinadas áreas marítimas.

Esses desastres podem ser ocasionados pelo tráfego de navios e pela exploração de recursos minerais e energéticos. Os navios podem eliminar lixo e petróleo na água, afetando diretamente diversas espécies de animais marinhos e populações de algas, o que impacta a produção de oxigênio, causando a morte de peixes e, conseqüentemente, o desequilíbrio na fauna marinha e cadeia alimentar, impactando na expressiva biodiversidade atlântica.

No que tange à dimensão oceano-política, o risco crescente de ingerência estrangeira com respaldo de uma opinião pública internacional comprometida com o meio ambiente é uma considerável ameaça à soberania nacional (BRASIL, 2020a).

Mediante o exposto, a importância do Atlântico Sul em relação à vertente ambiental é evidenciada por suas riquezas minerais e biodiversidade marinha, que permitem o desenvolvimento econômico brasileiro. A manutenção dessas riquezas é essencial para a projeção de poder e defesa da soberania do País.

5. A importância do Atlântico Sul pela vertente econômica

Segundo o previsto no PEM - 2040, a vertente econômica está relacionada ao desenvolvimento nacional, baseada nas riquezas de recursos vivos e não vivos nas Águas Jurisdicionais Brasileiras e na importância do transporte marítimo para o comércio exterior. A projeção econômica para o mar tem relevância histórica na inserção das potências marítimas no concerto das nações. (BRASIL, 2020a)

Historicamente, o Atlântico Sul apresenta-se como plataforma de comércio triangular entre o Brasil e o continente africano, estabelecendo vínculos comerciais e econômicos intensos, sendo marcado inicialmente pelo tráfico negreiro e comercialização de produtos tropicais entre os dois territórios. Nota-se, portanto, como a história da formação do Estado Brasileiro desenrola-se ao redor desta região.

Em 2006, foi anunciada pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) a descoberta de indícios de petróleo na camada do pré-sal. Essa descoberta indicava uma expansão econômica, e política, para o Brasil. A expectativa era de que o Brasil se tornasse, a partir de então, um país exportador de petróleo

A camada de pré-sal, localizada no Brasil, é uma faixa litorânea, a mais de 7 quilômetros de profundidade da superfície do mar, que se estende do Espírito Santo a Santa Catarina. A estimativa é

A importância do Atlântico Sul como Entorno Estratégico

de que compreenda mais de 100 bilhões de barris de petróleo e gás. O petróleo encontrado nesta camada é originário da separação geológica da América do Sul e África, que por conta da forte pressão e do calor do centro da terra, transformou os detritos em óleo e gás.

Cabe destacar que o petróleo consiste em uma commodity que além do fator energético, representa também influência política. A autossuficiência de um país em possuir jazidas de petróleo, e por sua vez, a capacidade controlar o seu preço, caracteriza-se como uma fonte de poder.

Atualmente, a Amazônia Azul é detentora de 85% do petróleo, 75% do gás natural, 45% do pescado nacional e mais de 95% do comércio exterior brasileiro, com existência de quantidade expressiva de recursos naturais minerais e de biodiversidade. Além disso, nessa área estão localizados 100 portos públicos e 128 privados.

Nesse contexto, evidencia-se que existe uma forte condição de dependência energética do Brasil em relação a sua região costeira e marítima, o que significa que se deve atentar para os possíveis riscos decorrentes dessa circunstância.

Pelos dados apresentados, pode-se afirmar que o Atlântico Sul está relacionado à segurança energética do Brasil, ao menos, por três motivos: por estarem ali situadas as principais reservas e os pontos de produção nacionais de petróleo e gás natural; por concentrar parte considerável da infraestrutura nacional responsável pelo processamento, armazenamento e distribuição de recursos energéticos; e por representar a principal rota de entrada e saída de diversos recursos energéticos do país (PAIVA, 2015).

Com isso, no tocante à vertente econômica, a importância estratégica do Atlântico Sul se caracteriza por ser uma via de transporte essencial para seu comércio exterior, fonte de riquezas, especialmente na exploração do petróleo, elemento fundamental para a sua defesa e segurança energética e via para sua projeção marítima internacional, principalmente para o Brasil, que o vê não apenas como fonte de riquezas e via de comunicação, mas também como veículo de integração regional e de projeção de poder.

6. Conclusão

Este artigo não se propôs, tampouco seria possível em tão breve texto, fazer uma abordagem profunda sobre a importância do Atlântico Sul como entorno estratégico brasileiro. Portanto, restringiu-se inicialmente a elencar conceitos para facilitar o entendimento da relevância desse oceano para o Brasil.

Em seguida, foi dado maior ênfase às vertentes da soberania, científica, ambiental e econômica que, no contexto da Amazônia Azul, evidenciam aspectos que comprovam que o Atlântico Sul é essencial para a projeção de poder, a manutenção da soberania e o desenvolvimento econômico

brasileiro. Foi possível constatar, que o Estado Brasileiro deve possuir mecanismos para realizar o monitoramento e a preservação de suas riquezas marítimas, por meio de uma rigorosa prontidão de seus Sistemas de Defesa, com foco na aplicação eficiente de seu Poder Naval.

Exercer a proteção, controle e vigilância das águas jurisdicionais brasileiras presentes no Atlântico Sul, bem como no seu entorno estratégico são ações fundamentais para proteger tanto a infraestrutura energética crítica como as abundantes reservas de petróleo e gás natural presentes na região, assim como assegurar a perfeita circulação desses e outros recursos energéticos pelas rotas marítimas nacionais e internacionais.

Dessa forma, podemos compreender a importância do Atlântico Sul como entorno estratégico, não só por representar um canal de acesso direto ao nosso território e como consequência oferecer a possibilidade de ameaças diretas à segurança do país como também uma região que pode proporcionar mediante suas riquezas o desenvolvimento econômico, social, acadêmico e militar podendo promover um novo arranjo no sistema internacional, apresentado o Brasil como uma grande potência, a tal ponto pode elevar o Estado à condição de país articulador, estabelecendo sua autoridade diplomática no seu entorno estratégico.

Referências:

ARRUDA, R. G. **Amazônia Azul: um patrimônio a ser defendido**. Trabalho de Conclusão de Curso. Rio de Janeiro: ESG, 2014.

BRASIL. **Livro Branco de Defesa Nacional**. Ministério da Defesa. Brasília, 2020.

_____. **Plano Estratégico da Marinha 2040**. Estado-Maior da Armada. Brasília, 2020a.

_____. **Política Nacional de Defesa**. Ministério da Defesa. Brasília, 2020b.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima; MONTEIRO, Álvaro Augusto Dias. **O papel do Brasil na Segurança Marítima no Atlântico Sul**. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, vol. 18, nº 1, p. 113-134, jun. 2012.

LIMA, Maria Regina Soares. **Atlas da política brasileira de defesa**. Buenos Aires: CLACSO, 2017.

PAIVA, Iure. **As dimensões militares, ambientais e econômicas da segurança energética: análise a partir dos desafios e oportunidades do Brasil no contexto internacional**. Tese (Doutorado em Ciência Política) –Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2015.

_____, Iure. **Defesa do Atlântico Sul e Segurança Energética do Brasil**. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, vol.23 nº1, p. 157-190. jan./abr., 2017.

QUADROS, Marcelo Maza. **Palestra sobre o 5º Distrito Naval proferida pelo Capitão de Mar e Guerra Quadros aos alunos da ECEME**. Viagem de Estudos Estratégicos. Porto Alegre, 2021.

A importância do Atlântico Sul como Entorno Estratégico

RODRIGUES, Marcos Silva. **Plano Estratégico da Marinha PEM - 2040**. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, vol. 27, nº 1, p. 13-30. jan./abr., 2021.

WIEMER, F. E. S. A. **Concepção Político-Estratégica e a Atuação Internacional da Marinha do Brasil**. Revista da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, vol.18, nº2, p.189-206, jul/dez, 2012.

WILLRICH, Emili. **A Geopolítica e o Entorno Estratégico Brasileiro (2012 e 2016)**. Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. São Paulo, 2018.

O PROGRAMA PARTNERS ACROSS THE GLOBE E AS RELAÇÕES OTAN-COLÔMBIA: POSSIBILIDADES PARA O ESTADO BRASILEIRO*

Major Rodrigo Bezerra de Azevedo¹

1. Introdução

A reunião de cúpula da OTAN, realizada em Riga no ano de 2006, traçou como objetivo desenvolver o potencial político e prático dos seus programas de cooperação, buscando aumentar a relevância das relações com países fora da Aliança e fortalecer sua capacidade de trabalhar em parceria (NATO, 2014). A concepção estratégica, de 2010, reviu essa política de parcerias e passou a vislumbrar também a cooperação individual com países que não faziam parte dos antigos frameworks regionais de cooperação (NATO, 2017)². Nesse contexto, foi concebido o programa conhecido como “partners across the globe”, no qual se inclui uma gama bastante heterogênea de países, tais como Afeganistão, Austrália, Colômbia, Iraque, Japão, República da Coreia, Mongólia, Nova Zelândia e Paquistão (NATO, 2017). Para Sloan (2016), o valor desse programa de cooperação pode ser demonstrado, por exemplo, pelas importantes contribuições da Austrália como parceiro global na International Security Assistance Force ISAF, no Afeganistão.

Existem atualmente três tipos principais de documentos para firmar parcerias bilaterais com a OTAN: o Individual Partnership and Cooperation Programme (IPCP), que possui estrutura modular, adaptável aos interesses e objetivos de cada parceiro e da OTAN e está aberto a todos Estados interessados (NATO, 2016); o Individual Partnership Action Plan (IPAP), que oferece a oportunidade de aprofundar a cooperação com a OTAN e tem seu foco nos esforços de reformas domésticas; e o Annual National Programme (ANP), aberto aos países que aderiram ao Membership Action Plan (MAP), que visa adesão como membro pleno da Aliança (NATO, 2020). Cada um dos diferentes tipos de parcerias e documentos que as regulam possuem suas exigências e benefícios específicos, conforme a particularidade de cada acordo firmado.

* Artigo originalmente publicado no OMPV em 20 de dezembro de 2021.

¹ Major do Exército Brasileiro e doutorando do Programa de pós-graduação em ciências militares.

² O Euro-Atlantic Partnership, que engloba o programa Partnership-for-Peace (PfP) e o Euro-Atlantic Partnership Council (EAPC), o Mediterranean Dialogue (MD) e o Istanbul Cooperation Initiative (ICI).

2. As Relações OTAN-Colômbia

Os primeiros sinais da aproximação entre o Estado colombiano e a OTAN datam do ano de 2006. Entretanto, a intensificação desse acercamento deu-se no contexto da mudança na lógica de segurança e defesa colombiana, a qual esteve direcionada durante mais de 50 anos para o combate aos grupos guerrilheiros e ao narcotráfico. Esse processo de mudança buscou a redefinição do papel das Forças Armadas colombianas, por meio de uma reforma militar, que foi iniciada em 2011, a qual passou a buscar uma atuação mais intensamente na área de Defesa e buscar novos tipos de utilização para as suas capacidades (ARCINIEGAS; SANTOS FILHO, 2019). A celebração dos acordos de paz com as Forças Armadas revolucionárias da Colômbia (FARC), deu ainda mais impulso a essas reformas, sendo necessário pensar em um novo sistema de segurança e defesa que atendesse às necessidades do país (CANCELADO, 2016) e impedisse a significativa diminuição do orçamento destinado ao Ministério da Defesa (ARCINIEGAS; SANTOS FILHO, 2019). Desse modo, a Política de Defesa e Segurança para a Nova Colômbia 2015-2018 estabeleceu o desejo do Estado colombiano posicionar-se como líder em questões de segurança e defesa, primeiro no hemisfério e, posteriormente, globalmente (TORRIJOS; ABELLA, 2017).

Segundo o então presidente Manoel Santos, essa aproximação não teria fins bélicos, mas seria uma forma de suas Forças Armadas buscarem os melhores exemplos e boas práticas em Defesa, o que daria à Colômbia um status privilegiado de cooperação em Defesa (EL ESPECTADOR, 2018b), permitindo exportar suas capacidades e experiências, adquiridas no combate à guerrilha, e assumir novas tarefas por meio da participação nas operações internacionais de manutenção da paz (HELBIG, 2019). Para Cancelado (2016), as Forças colombianas pretendem usar a OTAN como um veículo para mostrar suas capacidades à medida que aumentam sua interoperabilidade aos padrões da OTAN.

Em maio de 2017, um Individual Partnership and Cooperation Programme (IPCP) foi assinado entre as partes e formalizou o reconhecimento da Colômbia como parceiro e abriu o acesso a toda a gama de atividades cooperativas. Estabeleceu ainda as áreas prioritárias para o diálogo e a cooperação, tais como segurança cibernética, segurança marítima e terrorismo e suas ligações com o crime organizado; para apoiar os esforços de paz e segurança, incluindo a segurança humana; e desenvolvimento de capacidades e capacidades das Forças Armadas colombianas. O texto final do acordo foi finalmente aprovado pelo Congresso da República colombiana com a Lei 1839, de 12 de julho de 2017, contendo seis artigos que dispõe, entre outros aspectos, sobre as obrigações gerais das partes (COLÔMBIA, 2017).

A aproximação Colômbia-OTAN, entretanto, desencadeou várias declarações contrárias de países da América Latina, principalmente daqueles ligados à ALBA³ (MALAMUD; ENCINA, 2013). Estes países em geral alertavam para os grandes problemas que poderiam advir caso se concretizasse a presença da OTAN na região. O então presidente boliviano, Evo Morales, convocou uma reunião extraordinária do Conselho de Segurança da União das Nações do Sul (UNASUL), para analisar os riscos que essa iniciativa colombiana poderia acarretar para a região (MALAMUD; ENCINA, 2013). Já o presidente venezuelano Nicolás Maduro disse que trazer a OTAN para a América do Latina e o Caribe seria um “séria ameaça à paz e estabilidade regional” (EL ESPECTADOR, 2018a).

Como consequência prática do alinhamento com a OTAN, Bogotá se obrigou a apoiar diplomaticamente a OTAN, como membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU, votando favoravelmente pela missão de policiamento aéreo da Aliança na Líbia, em 2011, posição contrária aos BRICS⁴ e até mesmo à Alemanha, que se absteve de votar (HELBIG, 2019). Já em 2008, foi negociado com a Espanha e com a OTAN o envio de uma companhia colombiana um efetivo de 100 militares colombianos ao Afeganistão, integrados ao destacamento espanhol, entretanto, a iniciativa não avançou (GONZÁLEZ, 2008 apud ARCINIEGAS, SANTOS FILHO, 2019).

Alguns exemplos dos benefícios da aproximação colombiana à OTAN podem ser identificados. O ingresso da Colômbia como usuária do Sistema de Catalogação da Defesa da OTAN, permitiu a uniformização da identificação, classificação e enumeração de uma série de atividades e processos das Forças Armadas colombianas, gerando maior potencial de interoperabilidade entre ambas as instituições (DUSSÁN, 2019 apud ARCINIEGAS, SANTOS FILHO, 2019). Em 2012, a OTAN votou para incluir a Colômbia no denominado NATO Community ATP-56 AAR (Air-to-Air Refueling), o que significa que o país cumpre os regulamentos aliados para o reabastecimento em voo, sendo elegível para estabelecer acordos de interoperabilidade neste tipo de operações com qualquer um dos membros da OTAN e seus parceiros (MALAMUD; ENCINA, 2013). Além disso, foi aprovada a adesão colombiana à rede de Centros de Educação e Treinamento de Parceria (PTEC) da OTAN e uma das áreas prioritárias do IPCP se concretizou em 2019, com o Centro Internacional de Desminagem (CIDES) da Colômbia, que passou a contribuir para a educação e formação de pessoal dos países-membros e parceiros da OTAN na área da desminagem humanitária e militar (EJÉRCITO DE COLOMBIA, 2019).

³ Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América, composta atualmente por Antígua e Barbuda, Cuba, Dominica, Nicarágua, São Vicente e Granadinas e Venezuela. Honduras, Equador e Bolívia anunciaram a saída do bloco em 2010, 2018 e 2019 respectivamente.

⁴ Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

De acordo com Helbig (2019), a parceria da Colômbia com a OTAN não foi projetada para combater ameaças específicas. As autoridades colombianas avaliaram que obter o status de parceiro da OTAN seria uma questão de prestígio, permitindo ao país aumentar seu protagonismo na arena internacional. Nesse sentido, a OTAN teria agregado valor, principalmente no domínio da Defesa e Segurança Internacional, ajudando a diversificar as relações externas de Bogotá com os demais aliados, sem prejudicar as relações com os EUA e permitindo o acesso a novas oportunidades que contribuem com o desenvolvimento do seu setor de Defesa.

3. Considerações sobre o Brasil e a OTAN

O governo brasileiro adota uma postura historicamente reticente e, por vezes, de oposição à OTAN. Durante os governos Lula e Dilma, por exemplo, a Política Externa brasileira foi contrária às intervenções dos EUA e da OTAN no Iraque e na Líbia. Mesmo antes disso, o Brasil foi contra às ações estrangeiras em Ruanda e no Haiti, em 1994, bem como à missão da OTAN em Kosovo. Também no governo Temer, houve postura similar, com o então Ministro da Defesa Raul Jungmann (2017, apud HELBIG, 2019) expressando sua preocupação de que a OTAN pudesse usar a luta contra o Estado Islâmico na África Ocidental como pretexto para reivindicar “jurisdição sobre todo o Atlântico”, e anunciando que seria “trabalho diplomático do Brasil desconstruir essa visão”.

Apesar desse discurso oficial crítico, os militares brasileiros manifestam interesse explorar oportunidades de engajamento com a aliança em termos práticos (HELBIG, 2019) e o atual governo demonstra maior disposição em aproximar-se da aliança, o que é reforçado por parlamentares que defendem a assinatura de acordos de cooperação com a Organização (BRASIL, 2019a; BRASIL, 2019b). Pavia (2015) identifica algumas possíveis áreas de cooperação, que podem interessar ao Estado brasileiro, tais como: a segurança marítima (na luta contra a pirataria, o terrorismo, o narcotráfico, a migração ilegal, o tráfico de pessoas e o comércio de armas); combate ao narcotráfico (focado na troca de informações); defesa cibernética (por meio do Centro de Excelência de Defesa Cibernética Cooperativa da OTAN); e o apoio às Operações de Paz (por meio da troca de experiências e lições aprendidas da abordagem brasileira para a gestão de conflitos) (PAVIA, 2015).

Helbig (2013) aponta ainda que outro potencial benefício de uma parceria seria a possibilidade de ingressar no círculo diplomático dos países-membros da Aliança. Entretanto, não é propriamente fácil definir áreas de cooperação que beneficiem ambas as partes. Primeiro, a visão histórica do Brasil sobre a OTAN como um instrumento da Guerra Fria, representa um importante desafio a ser superado no nível político. Em segundo lugar, os interesses brasileiros, muitas vezes são voltados para a aquisição de equipamentos militares e tecnologias, geralmente não pode ser oferecido pela OTAN como organização, mas sim pelos seus membros individualmente.

Referências:

ARCINIEGAS, Alexander; SANTOS FILHO, João Estevam dos. **Cooperação militar OTAN-Colômbia: aproximação recente e redefinição do papel das Forças Armadas colombianas no pós-conflito**. Conjuntura Austral, vol. 10, n° 49, p. 13, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2178-8839.87761>

BRASIL. **Indicação ao Poder Executivo Nr 1011**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019a.

BRASIL. **Projeto de Resolução 49**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2019b.

CANCELADO, Henry. **La política exterior y el nuevo rol de las FF.AA. en el contexto de la nueva estrategia y doctrina de defensa con miras al posconflicto**. In: BUELVAS, Eduardo Pastrana; GEHRING, Hubert (org.). Política Exterior Colombiana: Escenarios y desafíos en el posconflicto. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2016.

COLÔMBIA. **Acuerdo entre la República de Colombia y la Organización del Tratado del Atlántico Norte sobre cooperación y seguridad de información**, 2017. Disponível em: [http://es.presidencia.gov.co/normativa/normativa/LEY 1839 DEL 12 DE JULIO DE 2017.pdf](http://es.presidencia.gov.co/normativa/normativa/LEY_1839_DEL_12_DE_JULIO_DE_2017.pdf). Acesso em: 15 jun. 2020.

EJÉRCITO DE COLOMBIA. **Organización del Tratado del Atlántico Norte**. Bogotá: Ejército de Colombia, 2019.

EL ESPECTADOR. **Gobierno venezolano dice que ingreso de Colombia a la OTAN es una “amenaza para la paz”**, 2018a. Disponível em: <https://www.elespectador.com/noticias/el-mundo/gobierno-venezolano-dice-que-ingreso-de-colombia-a-la-otan-es-una-amenaza-para-la-paz/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

EL ESPECTADOR. **Ingreso de Colombia a la OTAN no tiene propósitos bélicos": Santos**, 2018b. Disponível em: <https://www.elespectador.com/noticias/el-mundo/ingreso-de-colombia-a-la-otan-no-tiene-propositos-belicos-santos/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

HELBIG, Robert. **NATO-Brazil Relations: Limits of a Partnership Policy**. Konrad-Adenauer-Stiftung Facts & Findings, vol. 49, n° 151, 2013.

HELBIG, Robert. **Why do states cooperate with NATO? Threats, Interests and Status as Drivers in External States' Foreign Policymaking Towards the Alliance**, 2019. Munique: Universität der Bundeswehr München, 2019.

MALAMUD, Carlos; ENCINA, Carlota García. **Colombia, la OTAN y las alarmas que suenan en América Latina**. Comentario Elcano, p. 1-4, 2013.

NATO. **Membership Action Plan (MAP)**, 2020. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_37356.htm. Acesso em: 10 dez. 2020.

NATO. **Partnership Tools**, 2016. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_80925.htm. Acesso em: 12 dez. 2020.

O Programa Partners Across the Globe e as relações OTAN-Colômbia: possibilidades ao Brasil

NATO. **Relations with partners across the globe**, 2017. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/topics_49188.htm. Acesso em: 12 dez. 2020.

NATO. **Riga Summit Declaration**, 2014. Disponível em: https://www.nato.int/cps/en/natohq/official_texts_37920.htm?selectedLocale=en. Acesso em: 10 dez. 2020.

PAVIA, José Francisco. **Brazil-NATO: New Global Security Partners?** In: SMITH-WINDSOR, Brooke A. (org.). *Enduring NATO, Rising Brazil Managing International Security in a Recalibrating Global Order*, p. 253–268. Roma: DEd'A srl, 2015.

SLOAN, Stanley R. **Defense of the West: NATO, The European Union and the transatlantic bargain**. Manchester: Manchester University Press, 2016.

TORRIJOS, Vicente; ABELLA, Juan David. **Ventajas y desventajas políticas y militares para Colombia derivadas de su eventual participación en misiones internacionales relacionadas con la OTAN**. *Revista Científica General José María Córdova*, vol. 15, nº 20, p. 47, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.21830/19006586.175>. Acesso em: 10 set. 2021.

Declaração de Direitos Autorais

Sob o Panorâmico, cumpre mencionar que está permitido compartilhar, copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato. Além disso, também é possível adaptar, remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

Aviso importante

Para qualquer reutilização ou distribuição, você deve deixar claro a terceiros que esta obra é um produto da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.





PANORÂMICO

INFORMATIVO DO OMPV

